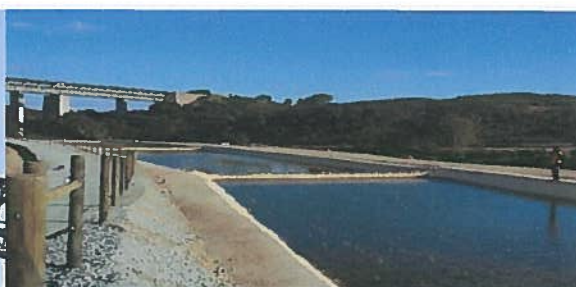


C
RR
H



Relatório e Contas 2015

P. R. T.
W

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório e Contas 2015

3 de Março de 2016

PAR
N

CORPOS SOCIAIS DA EDM
(Mandato 2013-2015)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Moraes
Secretário – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

Presidente – Carlos Augusto Amaro Caxaria
Vice-Presidente – Ricardo do Amaral e Belino Pinto
Vogal – Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

Fiscal Único

ROC – “RSM – Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC 320)
ROC Suplente – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos (ROC 1034)

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979
Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º dtº – 1070-248 LISBOA
Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44



P. RAR
JW**INDICE**

Pág.

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
I. ENVOLVENTE EXTERNA	9
1.1 Conjuntura macroeconómica internacional	9
1.2 Envolvente sectorial	12
II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	23
III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	31
3.1 No domínio técnico ambiental	31
Concessão	31
Outras atividades no domínio ambiental	37
3.2 No domínio dos recursos minerais	40
Valorização do potencial nacional em recursos minerais	40
Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Setor dos Recursos Minerais	48
Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos	48
Promoção de Parcerias no exterior	49
Promoção do Aproveitamento Integral dos Recursos e Reciclagem	50
3.3 Atuações diversas	51
Protocolo DGEG/EDM	51
Stock urânio	54
3.4 Participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários	55
IV. RECURSOS HUMANOS	57
V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	58
VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	61
VII. PERSPETIVAS FUTURAS	89
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	94
IX. AGRADECIMENTOS	95
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015	102

2015
jij

RA
for

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A atividade da EDM durante o ano de 2015 desenvolveu-se dentro das linhas de ação definidas em anos anteriores, tendo apresentado um resultado líquido positivo de € 554.698,96.

Considerando que 2015 é o ano do fim do mandato do atual CA, importa deixar aqui um balanço sumário sobre a atividade mais relevante desenvolvida pela EDM ao longo dos três últimos anos no âmbito da sua missão, designadamente no que respeita à atividade de recuperação ambiental de minas abandonadas e à atividade de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais.

No que respeita à atividade de recuperação de minas abandonadas, no âmbito do contrato de concessão atribuído pelo Estado Português, é de realçar, a concretização da 2ª renovação ao contrato de concessão com o Estado Português, por mais 7 anos, a conclusão das ações e projetos ao abrigo de candidaturas antigas ao POVT/QREN, a conclusão dos projetos da 4ª fase de candidaturas ao POVT/QREN, em regime de *overbooking* e finalmente a abertura e consequente submissão de 3 novas candidaturas, em setembro de 2015, ao abrigo do Aviso-Convite para a apresentação de candidaturas ao POSEUR.

No âmbito da expertise obtida na área da reabilitação de minas abandonadas, foram ainda efetuadas diversas diligências, de que se esperam resultados a curto ou a médio prazo, no sentido da EDM se apresentar como uma consultora internacional nesta vertente, potenciando a abertura de fontes de receita alternativa para a EDM.

No que respeita à área dos recursos minerais, e na linha da estratégica que foi definida para o mandato do CA, apesar da retração que o setor mineiro tem vivido em termos de investimento, um dos objetivos passou pela promoção do potencial mineiro nacional, não só através da identificação e realização de trabalhos em áreas potencialmente interessantes detidas pela EDM, mas também na atração de investimento externo para o setor da prospeção e pesquisa mineira, nomeadamente através da constituição de parcerias com empresas estrangeiras para essas áreas. Esse esforço de promoção efetuado ao longo do mandato

b PR
JR

trouxe a Portugal vários investidores culminando, já em 2016, na assinatura de um contrato de constituição de uma JV entre a EDM e uma empresa turca, ESAN, com o objetivo de fazer prospeção e pesquisa em três áreas da EDM situadas no Alentejo. Este contrato merece uma especial referência pela vontade que o Grupo Turco manifestou em continuar a investir em Portugal não só no setor mineiro mas também noutros setores industriais. Ainda no âmbito dos recursos minerais mas também transversalmente com a área de recuperação ambiental, é de salientar o envolvimento da EDM em 6 projetos de investigação que implicam o estudo e desenvolvimento de novas tecnologias ambientais e mineiras, de que no futuro poderão resultar mais-valias.

De realçar também a importância da conclusão do processo de renegociação do acordo de parceria existente com a Somincor pelo exercício do direito de opção de participação em 15% no desenvolvimento do projeto mineiro Semblana. Importante também o estudo conceptual sobre a viabilidade económica da exploração do jazigo do Gavião que serviu de base à manifestação de interesse da Almina em adquirir os direitos da EDM sobre o referido jazigo.

Durante este mandato o CA também aprofundou contactos com os Países da CPLP, nomeadamente Moçambique, Angola, Timor e Brasil, tendo assinado um “Protocolo da Colaboração” com a FEAM, entidade equivalente ao Ministério do Ambiente do Estado de Minas Gerais, Brasil, criando condições para uma futura colaboração na área da recuperação ambiental. Relativamente a Moçambique, um projeto de atualização, de tradução para português e de impressão de um livro sobre a geologia de Moçambique, está também em fase de finalização.

De salientar ainda o processo de descontaminação das casas do bairro das antigas Minas da Urgeiriça, consubstanciadas num Protocolo assinado em 2008 entre a EDM e a respetiva Comissão de Moradores, homologado pelo Governo. Apesar de em 2013 só estarem em curso as obras na primeira casa, o ano de 2015 foi fechado com obras finalizadas em 17 casas, isto é, cerca de 50% das que aderiram ao Protocolo.

Handwritten initials and signature in the top right corner.

A finalizar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores internos e externos da EDM que ao longo destes três últimos anos contribuíram significativamente para o sucesso dos objetivos alcançados pela EDM.

Uma palavra ainda de reconhecimento ao importante papel desempenhado pela DGEG nas duas vertentes de atividade da EDM, em particular através do protocolo de cooperação assinado há já alguns anos entre as duas entidades, e que tem permitido à EDM concretizar o ambicioso programa de recuperação ambiental das minas abandonadas que hoje é internacionalmente reconhecido como uma boa prática ambiental e dado como exemplo a seguir.

Handwritten signature of Carlos Augusto Amaro Caxaria.

Carlos Augusto Amaro Caxaria
Presidente

LRP
juy

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2015.

I. ENVOLVENTE EXTERNA

1.1 Conjuntura macroeconómica internacional

De acordo com o Boletim Mensal de Economia Portuguesa (Janeiro 2016), a produção industrial mundial desacelerou nos últimos meses de 2015 devido sobretudo ao abrandamento das economias avançadas, com destaque para os EUA que viram as suas exportações reduzidas, em parte devido ao enfraquecimento da economia mundial e à valorização do dólar. Essa deterioração das exportações verificou-se a nível global, pois também afetou as restantes economias avançadas, bem como os países emergentes. Contudo, nestes, foi o sector das importações o mais afetado, registando uma quebra em relação ao ano anterior e de forma particularmente expressiva para a Ásia.

Com efeito, os indicadores globais para o final de 2015 mostram a perda de algum dinamismo da atividade económica para os EUA; um crescimento mais moderado do Reino Unido e uma desaceleração da China que, no 4º trimestre, abrandou para valores ao nível dos verificados em 2009. A taxa de inflação manteve-se baixa para a generalidade das economias avançadas e continuou elevada em alguns países emergentes, como a Rússia e o Brasil.

Os indicadores quantitativos para a Zona Euro, para o conjunto do ano de 2015, mostram que a taxa de inflação diminuiu para zero refletindo sobretudo uma redução dos preços de energia que caíram 6,9%, em média. Pelo contrário, os preços de bens alimentares não transformados aumentaram, em média, para 1,7% em 2015. Já o preço das matérias-primas não energéticas, no final de 2015, desacelerou devido sobretudo à descida dos preços dos metais, para o que contribuiu o abrandamento económico da China.

Indicadores de Atividade Económica extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2014	2015					2015			
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez
EUA - PIB Real	VH	BEA	:	2,5	2,9	2,7	2,1	:		-	-	-	-
índice de produção industrial	vh	BGFRS	1,3	4,5	3,5	1,5	1,2	-0,9	0,9	0,5	-1,3	-1,8	
índice ISM da indústria transformadora	%	ISM	51,4	57,6	52,6	52,6	51,3	49,0	50,2	50,1	48,6	48,2	
índice ISM dos serviços	%	-	60,8	61,0	59,5	60,9	63,0	60,0	60,2	63,0	58,2	58,7	
indicador de confiança dos consumidores	SER	Michigan	92,9	89,8	95,5	94,2	90,7	91,3	87,2	90,0	91,3	92,6	
taxa de desemprego	%	BLS	5,3	5,7	5,6	5,4	5,2	5,0	5,1	5,0	5,0	5,0	
China - PIB Real	VH	NBSC	6,9	7,3	7,0	7,0	6,9	6,8	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	-2,9	8,7	9,9	-2,9	-6,3	-5,2	-3,9	-7,0	7,0	-1,6	
Japão - PIB Real	VH	COGJ	:	-0,9	-1,0	0,7	1,7	:	-	-	-	-	

RAP
fry

O preço do Brent manteve a tendência iniciada em 2015, continuando a descer de forma acentuada em janeiro de 2016 revelando, no excesso de oferta, um eventual cenário de enfraquecimento da economia mundial.

Indicadores da Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014		2015			2015			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Índice de produção mundial	VH	CPB	3,3	3,1	3,0	2,4	2,0	2,0	2,3	1,7	1,9	1,2
Economias Avançadas	VH	CPB	2,4	2,0	1,9	1,5	0,8	1,0	1,3	0,7	0,7	-0,3
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	4,1	4,0	3,3	3,2	3,0	3,4	2,6	3,0	2,6
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	3,2	3,5	4,0	3,5	2,2	2,2	2,4	1,1	1,4	2,0
Importações Mundiais	VH	CPB	3,0	3,1	3,8	2,3	1,8	1,6	2,6	-0,3	1,6	1,9
Economias Avançadas	VH	CPB	3,2	3,3	3,5	5,1	3,2	3,4	3,9	3,5	4,0	4,4
Economias Emergentes	VH	CPB	2,9	2,9	4,2	-1,3	-0,1	-0,6	0,9	-5,2	-1,5	-1,3
Exportações Mundiais	VH	CPB	3,3	4,0	4,2	4,6	2,6	2,7	2,7	2,5	1,2	2,2
Economias Avançadas	VH	CPB	1,9	1,7	3,5	3,4	2,4	2,0	2,4	1,3	0,0	1,3
Economias Emergentes	VH	CPB	4,8	6,6	5,0	5,9	2,9	3,4	3,1	3,9	2,6	3,2

No início de 2016, assistiu-se também a alguma volatilidade do mercado cambial, com destaque para a depreciação das moedas de países como a China, Rússia e Brasil face ao dólar.

Em fevereiro de 2016, no Economic Outlook, a OCDE reviu em baixa as estimativas sobre o crescimento global para este ano e alertou para os elevados riscos de instabilidade financeira, prevendo um crescimento inferior às previsões no final de 2015 (3% para 2016, e 3,3% para 2017), dado o nível demasiado baixo da procura, que estará a contribuir para a baixa inflação e para um crescimento “desadequado” dos salários e do emprego.

Este cenário aplica-se nas economias desenvolvidas, como os EUA e a Zona Euro, mas também nas economias emergentes e dependentes da exportação de matérias-primas, como o Brasil.

Os países da moeda única deverão avançar 1,4%, com o investimento a permanecer em baixa e o desemprego em alta, enquanto a economia norte-americana deverá crescer apenas 2% este ano.

Relativamente aos países emergentes, é o Brasil aquele que centra maior atenção uma vez que a economia recuou 3,8% em 2015 e, segundo a OCDE, deverá manter esta tendência em 2016, devido à contínua incerteza política e à subida da inflação. As previsões para a China mantêm-se, esperando-se que a

segunda maior economia do mundo cresça 6,5% em 2016. O único retrato otimista da OCDE vai para a Índia, que deverá crescer 7,4% este ano.

Evolução Real do PIB (%) – Previsões do Economic Outlook da OCDE

	2015	2016		2017	
		projeções fev'2016	Δ Economic Outlook nov'2016	projeções fev'2016	Δ Economic Outlook nov'2016
Mundial	3	3,0	-0,3	3,3	-0,3
EUA	2,4	2,0	-0,5	2,2	-0,2
Zona Euro	1,5	1,4	-0,4	1,7	-0,2
Alemanha	1,4	1,3	-0,5	1,7	-0,3
França	1,1	1,2	-0,1	1,5	-0,1
Itália	0,6	1,0	-0,4	1,4	0,0
Japão	0,4	0,8	-0,2	0,6	0,1
Canadá	1,2	1,4	-0,6	2,2	-0,1
Reino Unido	2,2	2,1	-0,3	2,0	-0,3
China	6,9	6,5	0,0	6,2	0,0
Índia	7,4	7,4	-0,1	7,3	-0,1
Brasil	-3,8	4,0	-2,8	0,0	-1,8
outras áreas	2,1	2,5	-0,3	3,1	-0,2

A economia portuguesa

Portugal não foi imune às tendências globais ainda que, e de acordo com os mais recentes dados do INE, tenha fechado 2015 com o PIB a subir para 1.5%, dando continuidade à tendência anunciada nos trimestres anteriores. Ainda ao nível do crescimento, e de acordo com as atuais projeções do Banco de Portugal, prevê-se a continuidade da trajetória de recuperação gradual que deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do PIB de 1,6% em 2016.

Considerando a evolução das taxas de juro a nível mundial e europeu, prevê-se que se mantenham, no curto prazo, num nível baixo, e uma ligeira depreciação do euro face ao dólar, como já vinha a verificar-se em 2015.

De acordo com as Projeções para a Economia Portuguesa: 2015-2017, do Banco de Portugal, as exportações deverão registar um crescimento robusto, reforçando a tendência de uma maior internacionalização das empresas nacionais. Este dinamismo deverá favorecer a manutenção de excedentes da balança corrente e de capital, podendo permitir uma melhoria da posição de investimento internacional. Em resultado, manter-se-á a capacidade de financiamento da

economia portuguesa e, desta forma, a redução sustentada dos níveis de endividamento externo.

A procura interna privada crescerá de forma compatível com o aumento da capacidade dos agentes económicos privados (famílias e empresas não financeiras). O maior crescimento nominal da economia, mantendo a prevalência de taxas de juro historicamente baixas e a existência de saldos primários positivos, permitirão o início da redução da dívida pública em percentagem do PIB.

Finalmente, o crescimento projetado para a economia portuguesa é compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego, não obstante a sua persistência em níveis elevados. A inflação manter-se-á em níveis reduzidos, mas com tendência de aumento gradual até ao final do horizonte de previsão, para valores ainda assim inferiores aos projetados para o conjunto da área do euro.

Indicadores da Evolução da Economia Portuguesa

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Previsão		
							2014	2015	2016
PIB Real (variação homóloga)	0,2	-3,0	1,9	1,8	-3,3	-1,4	1,0	1,6	1,7
Consumo privado (variação homóloga)	1,4	-2,3	2,4	-3,6	-5,2	-1,4	2,1	1,8	1,5
Consumo público (variação homóloga)	0,4	2,6	-1,3	-3,8	-4,3	-1,9	-0,5	-0,3	0,2
Formação bruta de capital fixo (variação homóloga)	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-15	-6,3	2,4	2,9	3,1
Exportações de bens e serviços (variação homóloga)	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,1	6,4	3,8	5,0	5,4
Importações de bens e serviços (variação homóloga)	2,5	-9,9	7,8	-5,8	-6,6	3,6	5,9	4,9	4,8
Contribuição para crescimento do PIB:									
Procura interna (variação homóloga)	1,1	-2,8	1,1	-5,7	-7,0	-2,3	1,6	1,6	1,4
Inventários (variação homóloga)	0,1	-1,2	0,9	-0,4	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Exportações líquidas (variação homóloga)	-1,1	0,9	-0,1	4,3	3,6	1	-0,8	0,1	0,3
Balança de transações correntes (% do PIB), balanço de pagamentos	-12,1	-10,4	-10,1	-6,2	2	0,7	.	.	.
Balança comercial (% do PIB), balanço de pagamentos	-9,4	-6,7	-7,1	-3,5	0,1	2,1	.	.	.

Fonte: Comissão Europeia, Previsões do inverno, fevereiro 2016; BCE

Taxas de variação em volume (%)

1.2 Envolvente sectorial

Tendo em atenção o reportado pelo Fundo Monetário Internacional, a economia mundial durante o ano de 2015 continuou marcada por sinais de lenta recuperação relativamente à crise financeira e consequente crise económica que presidiu aos anos anteriores.

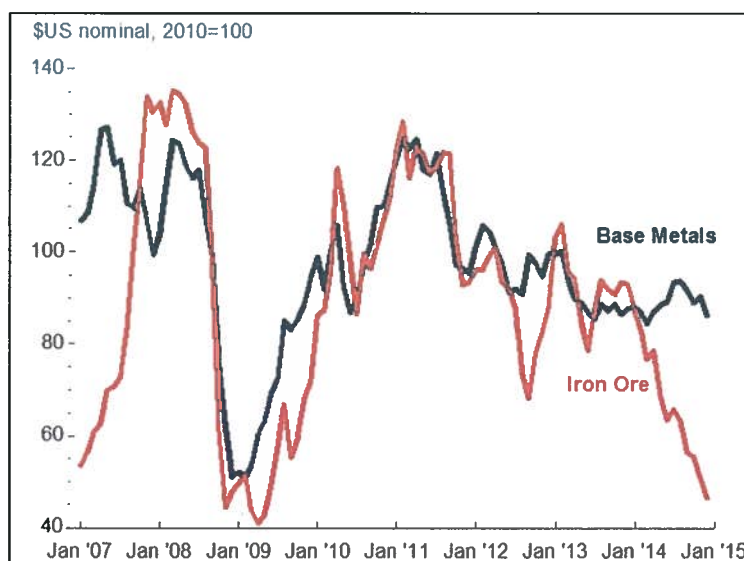
Iron Ore Pellets Price
63.38 USD/t
30 Nov '15



Este comportamento é justificado pelo Banco Mundial, não só pelo excesso de oferta que resultou dos elevados investimentos realizados pelos principais produtores de matérias-primas minerais durante o período de elevadas cotações que perdurou até Fevereiro de 2011, período esse que só sofreu uma pequena interrupção durante a crise financeira de 2008, mas também pelo abrandamento das economias asiáticas, em especial da China.

R
RS
J

Neste particular da cotação do ferro, e no que respeita a eventuais reflexos nos investimentos em Portugal, admitimos que poderá condicionar fortemente eventuais decisões de investimento a serem tomadas relativamente aos projetos de prospeção e exploração dos jazigos de ferro existentes na região de Moncorvo.



Fonte: Banco Mundial

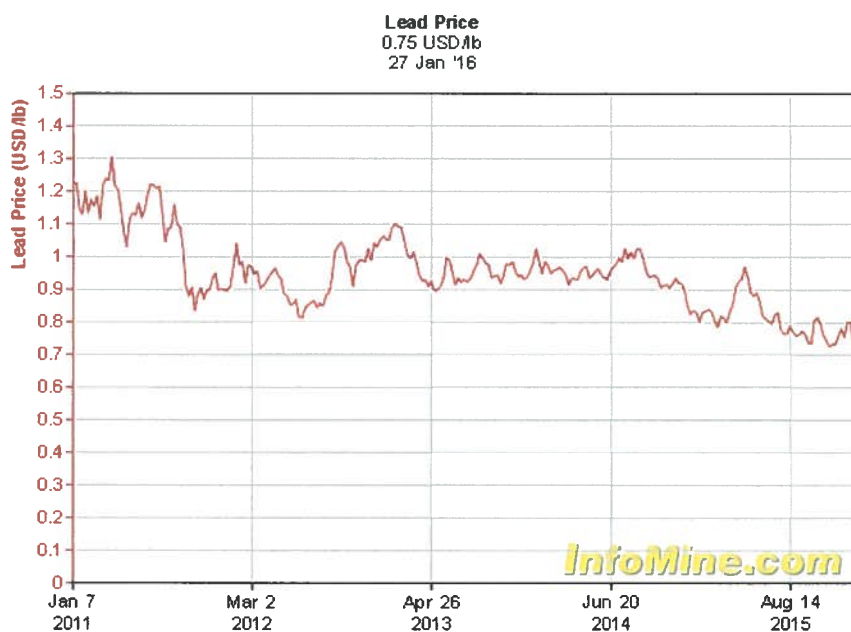
De entre as matérias-primas minerais, as que têm maior relevância em Portugal são os metais base, isto é, os minérios de cobre, chumbo e zinco, na região do Alentejo na zona da Faixa Piritosa Ibérica, os minérios de tungsténio e estanho, nas regiões Cento e Norte do País e ainda, um pouco por todo o território, os metais preciosos, ouro e prata. Esta relevância decorre não só do potencial de ocorrência destas matérias-primas nas regiões atrás referidas, e do seu elevado valor económico, mas também do contributo que podem dar para o desenvolvimento regional e para a economia nacional caso se descubram novos jazigos economicamente exploráveis.

No que respeita ao período entre 2011 e 2015, a evolução dos preços dos metais base constam nos gráficos apresentados em baixo, e são elucidativos da tendência generalizada de queda das cotações internacionais.

Pese embora a evolução negativa que se está a viver desde há quatro anos, este setor tem um comportamento cíclico de altos e baixos, sendo que o momento

certo para se investir em prospecção e pesquisa, bem como na abertura de novas minas, é no período de baixas cotações, em que se conseguem equipamentos e serviços a preços mais baixos e, se possível, conseguir que os projetos estejam em condições de entrar em produção quando se der a inversão do comportamento das cotações internacionais.





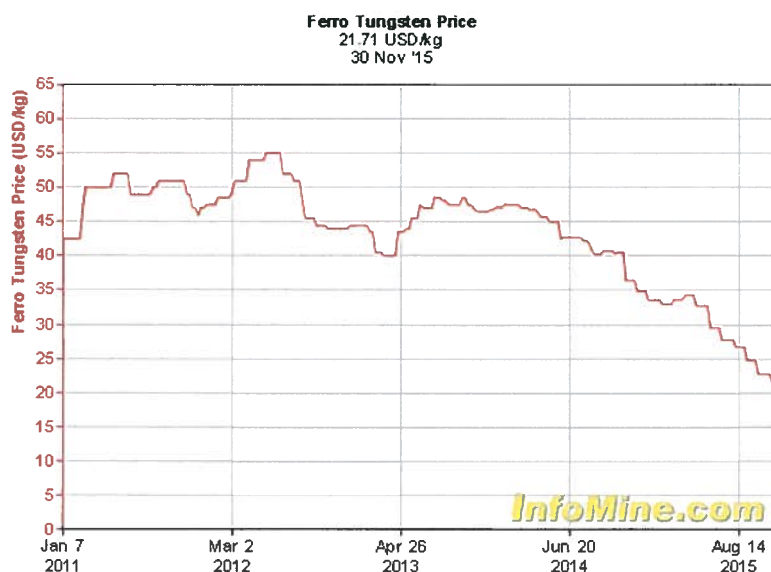
A queda dos preços dos minérios de cobre e chumbo é atribuída pelo Banco Mundial à diminuição da procura por parte da China. Relativamente ao zinco verifica-se que apesar do valor da cotação ter subido no primeiro semestre do ano de 2014, acabou por retomar a tendência de descida gradual ao longo de 2015. Quanto ao comportamento dos preços do estanho verifica-se que, à semelhança das outras matérias – primas, acompanha a mesma tendência de queda. Pelo menos aparentemente, a queda da globalidade das cotações está associada ao excesso de oferta, que resulta da redução da procura.



No que respeita aos minérios de volfrâmio, a produção chinesa representa cerca de 80% da produção mundial, razão pela qual esta matéria-prima é considerada estratégica pelos países mais desenvolvidos, tais como o Japão, Europa e os Estados Unidos, fazendo por isso parte da chamada lista de matérias-primas críticas elaborada pela União Europeia.

Neste contexto, no início de 2014 a maioria dos analistas de mercado do preço dos metais admitiam que a tendência de preços seria uma subida consolidada. Contudo, tal não veio a acontecer, tendo mesmo ocorrido uma descida dos preços, cuja razão se poderá justificar pela entrada em produção de uma grande mina no Vietnam. De acordo com Metal Bulletin Research este comportamento resulta de um excesso de oferta associado ao comportamento do ferro no fabrico de ligas metálicas.

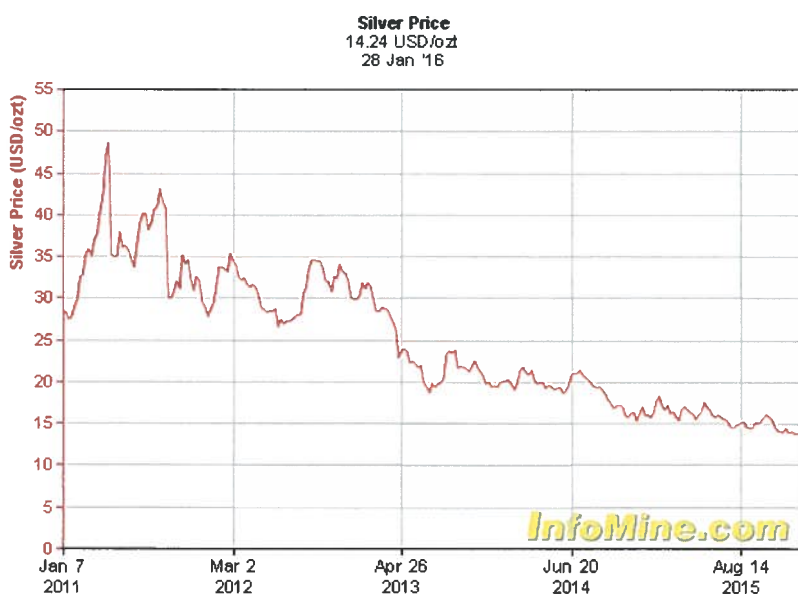
Esta situação de baixos preços do tungsténio teve reflexos diretos em Portugal, tendo levado a Sojitz, empresa japonesa detentora das Minas da Panasqueira, primeiro, a reduzir o investimento e a baixar a produção, e muito recentemente a vender a mina a uma empresa canadiana, Almonty, detentora de outras minas de tungsténio no mundo nomeadamente em Espanha, Coreia do Sul e Austrália.



No que respeita aos metais preciosos, ouro e prata, o ano de 2015 ficou também marcado pela continuação da tendência de descida generalizada dos preços. De acordo com análises do Banco Mundial, esta quebra de preços resulta de

BA
jy

ajustamentos do mercado após as altas cotações atingidas em 2011 e do recuo verificado na procura física de ouro e prata por parte dos compradores dos mercados tradicionais chineses e indianos. Analistas económicos de revistas da especialidade referem ainda que a queda na cotação do ouro está associada aos mercados financeiros, nomeadamente como resposta ao fim da política americana de quantitative easing.



A quebra das cotações internacionais das matérias-primas metálicas e as fracas previsões económicas foram os principais responsáveis pela contínua redução

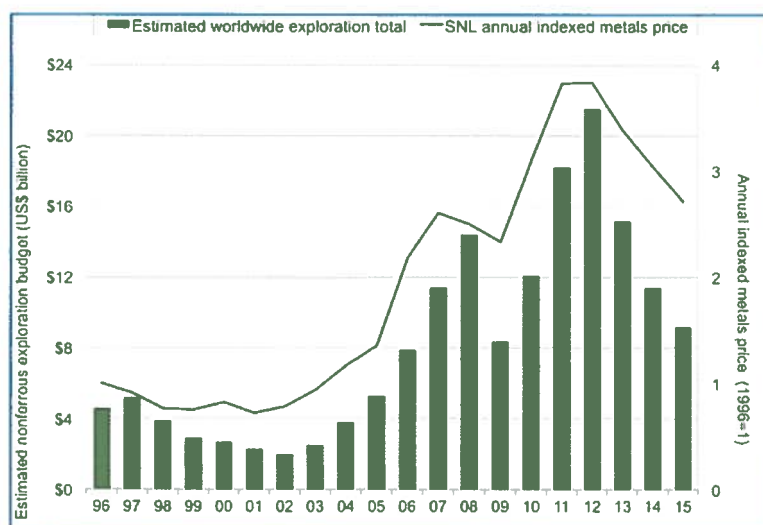
R-PA
JOV

dos investimentos realizados em atividades de prospeção de novos depósitos minerais que se continuou a verificar em 2015.

Embora a recente queda generalizada dos preços dos metais tenha atraído a atenção dos stakeholders do setor, os preços têm realmente estado em declínio desde 2011, e junto com eles os orçamentos de prospeção e pesquisa, que começaram a cair em 2012. As grandes empresas enfrentaram maiores custos operacionais e de capital, teores de minério mais baixos, a procura incerta por *commodities* e o elevado grau de descontentamento dos investidores por vários anos abaixo das suas reais expectativas, mas a deterioração acentuada dos preços dos metais e as fracas previsões económicas forçaram ainda mais os cortes nos encargos orientados para a pesquisa e desenvolvimento. Para o efeito, as principais empresas foram cortando principalmente nos projetos de forte investimento em capital e encargos de prospeção e pesquisa, o que levou a uma terceira queda consecutiva anual no total orçamento de prospeção e pesquisa das principais empresas mineiras em 2015.

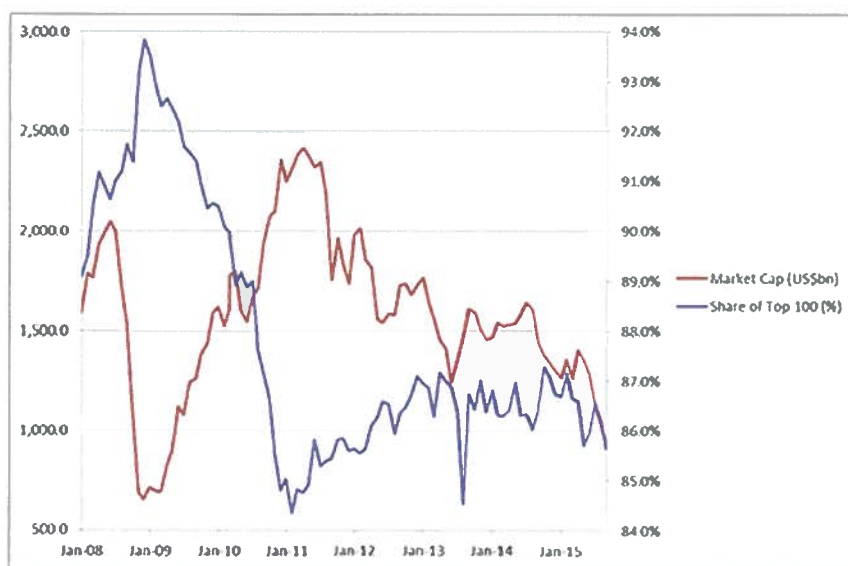
Com efeito, e de acordo com um estudo realizado pela SNL Metals & Mining (SNL Metals & Mining's 26th annual "Corporate Exploration Strategies"), no que respeita ao comportamento mundial da atividade de prospeção e pesquisa de minérios metálicos, o orçamento mundial para este tipo de atividade baixou de 11.4 mil milhões de dólares em 2014 para 9.2 mil milhões de dólares em 2015, uma queda de cerca de 19% sendo o mais baixo valor desde 2009. As empresas juniores continuam a tentar manter vivo algum interesse que os poucos investidores existentes ainda mantenham sobre o setor, um grupo cada vez menor, forçando novamente a uma grande contenção de despesas em 2015; muitos optaram por deixar a indústria completamente. Como resultado, o orçamento de prospeção e pesquisa global das empresas juniores caiu 26% em 2015, depois de cair 29% em 2014, caindo a sua quota no orçamento global para estas atividades de um pico de 55% em 2007 para a maior baixa em 2015 de 29%.

Estimated Total graph 1996 - 2015



Fonte: SNL Metals & Mining's 26th Corporate Exploration Strategies

Também o valor de mercado das empresas mineiras cotadas em bolsa registou o valor mais baixo desde 2009 atingindo menos de 1 trilião de dólares no total. Não obstante o declínio contínuo no valor das empresas cotadas em bolsa do setor, o Índice de Atividade de Pipeline do SNL, que mede a atividade de prospeção e pesquisa, registou um aumento no 3º trimestre de 2015, após um saudável aumento na atividade de perfuração e um ligeiro aumento nos anúncios públicos de recursos iniciais.



Fonte: SNL Metals & Mining's Research

No ano passado, verificou-se uma melhoria nas transações de ativos e empresas do setor mineiro, e de acordo com a SNL Metals & Mining, realizaram-se cerca de 73 aquisições que foram avaliadas individualmente em mais de 10 milhões de dólares. Num relatório publicado recentemente, "Base Metals and Gold Acquisitions Activity, 2005-14", a mesma fonte calcula que os montantes pagos nessas transações totalizaram cerca de 21,56 mil milhões de dólares face aos 11,88 mil milhões referentes a 2013. Apesar da quase duplicação do montante global de transações em termos homólogos, o total de 2014 era efetivamente o terceiro mais baixo dos últimos dez anos, sendo apenas o montante realizado em 2013 e 2009 (14,88 mil milhões de dólares) menor do que o alcançado em 2014.

Nos últimos anos, as empresas mineiras à escala mundial têm sido cautelosas em relação às aquisições, e desde 2012 têm adquirido menos ativos que exijam grandes investimentos de capital. Em vez disso, as empresas optaram quer por estratégias que permitem maximizar o valor dos ativos que já possuem, quer por entrar em *joint ventures* que reduzem os encargos, enquanto, pelo menos mantêm a produção ao mesmo nível.

Tendo em conta as incertezas que dominam a economia mundial, as previsões do Banco Mundial para 2016 apontam para o continuar generalizado na queda das cotações dos metais e sempre muito dependentes da evolução do crescimento económico da China. Neste contexto, a maioria dos analistas não espera que as formas alternativas de financiamento que vão sendo encontradas sejam suficientes para o relançar da atividade de prospeção por parte das empresas juniores. Admite-se que os investimentos em prospeção nos próximos anos sejam cada vez mais realizados de forma seletiva, em projetos com algum grau de amadurecimento e que esses investimentos sejam sobretudo provenientes de fontes desligadas do setor financeiro.

Em Portugal o cenário da prospeção e pesquisa em 2015 assumiu os mesmos contornos do verificado a nível mundial. A prospeção de minérios metálicos no nosso país é realizada maioritariamente por empresas de pequena dimensão, subsidiárias de empresas internacionais, também de pequena dimensão, que dependem do financiamento obtido em bolsa para a realização das suas

atividades de prospeção. A inexistência em Portugal de apoio ao financiamento para atividades de prospeção, e sobretudo a ausência de financiamento nos mercados internacionais, tiveram como consequência o período de atividade reduzida que continuou a caracterizar o ano de 2015.

her
jr

LRF
JR

II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O Conselho de Administração da EDM que iniciou funções em 19 de julho de 2013, com o Presidente e Vice-Presidente, tendo sido completado com a nomeação do Vogal em falta em 27 de março de 2014, terminou o seu mandato em 31 de dezembro de 2015.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2014, apresentado no final de 2013, traçou os grandes eixos de atuação estratégica assim como as linhas de ação detalhadas para o mandato, triénio 2013-2015. Os Planos de Atividades e Orçamento para os anos de 2015 e 2016, oportunamente apresentados, mantiveram aquelas linhas de ação do mandato, tendo incorporado as orientações entretanto transmitidas pelo Acionista.

Em termos de balanço geral, 2015 foi o ano de concretização dos grandes objetivos preconizados para o mandato que agora encerra, tendo sido prosseguidas no ano em apreço, tanto as atividades de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, no âmbito do **Contrato de Concessão**, como as atividades na vertente dos recursos geológicos, enquadradas pela **Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos** (Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2012, de 11 de setembro).

Relativamente à primeira vertente é de realçar a concretização da segunda renovação, por mais sete anos, do contrato de concessão através da Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2015, de 21 de Setembro, reafirmando o governo Português o interesse no prosseguimento daquele Plano de Recuperação e alinhando-o com os respetivos quadros de financiamento comunitário. Realça-se também a conclusão dos trabalhos inseridos nas candidaturas efetuadas no âmbito do POVT/QREN, nomeadamente as fases complementares das obras de recuperação ambiental das áreas mineiras do Lousal e Aljustrel, bem como as intervenções nas áreas mineiras de Bica, Cunha Baixa e Urgeiriça. Foram ainda submetidos, aprovados e concluídos em 2015, 4 novos projetos inseridos na 4ª fase de candidaturas ao POVT/QREN, em regime de *overbooking*, para a realização de obras nas áreas mineiras de Fontinha, Freixinho, Prado Velho,



Forte Velho e Antiga Fábrica de Rádio do Barracão e monitorização ambiental nas áreas mineiras dos radioativos (2012-2014) com um montante de investimento total de 6.849.906€, que se encontra a aguardar decisão do POVT no que respeita à disponibilização da respetiva comparticipação financeira de Fundo de Coesão.

A abertura, em 30 de setembro de 2015, de novo Aviso-Convite para a apresentação de candidaturas ao POSEUR veio abrir a porta à continuidade da atividade de recuperação ambiental tendo sido submetidas 3 novas candidaturas para as áreas mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales, Póvoa de Cervães, São Domingos (Fase 1) e Urgeiriça (Fase Final), a que corresponde um investimento de 24.078.748€. Importante será também referir que não foi ainda possível garantir, em alinhamento com o concedente, o financiamento da componente nacional e despesas não elegíveis desta nova candidatura bem como das que se seguirão ao abrigo deste novo quadro de financiamento comunitário.

As ações acima identificadas juntamente com o reforço das ações de segurança, controlo e monitorização ambiental, ao abrigo do protocolo com a DGEG, permitiu que no final de 2015, das 175 áreas mineiras inventariadas, ficaram concluídas as intervenções em 34 áreas mineiras dos radioativos (área intervencionada de cerca de 114,07 ha) e 61 áreas mineiras dos polimetálicos (área intervencionada de cerca de 1.146,10 ha), correspondendo ao total de investimento previsto de €100.317.126,20.

Relativamente à segunda vertente de atuação da EDM, para este balanço importa sobretudo destacar a renegociação do acordo de parceria existente com a Somincor, o estabelecimento de uma parceria com a empresa turca ESAN para a valorização das áreas de prospeção e pesquisa detidas pela EDM, o cumprimento dos programas de trabalho contratualizados com a DGEG para as áreas de prospeção e pesquisa e o início de atividades integradas em projetos de investigação e inovação sob financiamento europeu.

Assim, no que respeita à parceria com a Somincor, concluiu-se a renegociação do acordo através de um Aditamento que prorrogou a sua extensão por um novo período de 15 anos e se estabelecem os moldes em que a EDM poderá acompanhar o desenvolvimento de projetos mineiros, em particular o referente ao



depósito da Semblana. Ao abrigo deste Aditamento a EDM exerceu em 31 de Dezembro de 2014 o seu direito de opção de participação em 15% no desenvolvimento mineiro do projeto Semblana, com o respetivo pagamento a ser descontado nos resultados futuros do projeto.

A parceria com a ESAN, formalizada já no início de 2016, foi levada a cabo no seguimento de um procedimento concursal lançado pela EDM em 2015. Tem como objetivo a valorização de 3 áreas situadas no Alentejo, na Faixa Piritosa, através de atividades de prospeção e pesquisa que envolvem um investimento de 7.6 M€ e a criação de 4 postos de trabalho qualificados.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos contratualizados com a DGEG para as áreas de prospeção e pesquisa de Monte das Mesas, Argozelo e Escádea Grande onde foram realizados investimentos que totalizaram €606.534,79, €812.300,78 e €152.968,25 respetivamente, merece destaque a realização de uma campanha de 9 sondagens carotadas na área de prospeção e pesquisa de Argozelo, com um comprimento total de 1670 m, e que conduziram à interseção de numerosas estruturas mineralizadas em minerais de tungsténio e estanho.

Destaca-se ainda a manifestação de interesse apresentada pela Almina, SA para a aquisição da totalidade dos direitos de exploração do jazigo do Gavião.

Transversalmente às duas vertentes de atuação da EDM importa destacar o início do desenvolvimento de ações no âmbito das novas linha de desenvolvimento estratégico dedicadas, uma à Promoção do Aproveitamento Integral dos Recursos e Reciclagem e outra à Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Setor dos Recursos Minerais e que estão materializadas em projetos sob financiamento europeu no âmbito dos programas Life+. ERA-MIN e Horizonte 2020.

Pela negativa importa assinalar a parceria com a empresa Almada Mining relativamente aos projetos de prospeção e pesquisa e de exploração experimental de Jales/Gralheira. Por motivos alheios à EDM e pese embora os elevados esforços efetuados no sentido de garantir a sustentabilidade dessa parceria, não foi possível a continuação do seu desenvolvimento devido às debilidades financeiras da Almada Mining. Tal motivou que a EDM determinasse a resolução do respetivo contrato de consórcio em janeiro de 2015

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, e, por indicação do acionista, a aprovação dos Planos de Atividades passou a ser

incluída na ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual, tendo os mesmos sido aprovados mas com algumas condicionantes, à semelhança de 2014, situação que muito condicionou a atuação do Conselho de Administração. Estas condicionantes consubstanciam-se na necessidade de autorização casuística da tutela acionista e sectorial, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente no que respeita à participação em novos investimentos, na contratação de recursos humanos, utilização e afetação de receitas e recursos financeiros bem como na celebração de novos consórcios. Neste enquadramento foram oportunamente apresentados à tutela setorial todos os novos projetos e prestadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

De entre as **orientações gerais** há a referir:

- A atuação seletiva de modo a aumentar o conhecimento e promover o aproveitamento dos recursos geológicos na ótica do desenvolvimento sustentado, compatibilizando as vertentes ambiental, de ordenamento do território, económica e social;
- A recuperação, monitorização e controlo das antigas áreas mineiras abandonadas, visando anular ou mitigar riscos para a segurança de pessoas e bens, muito em particular nas que se situam próximo de aglomerados populacionais, com especial atenção para as antigas minas de urânio. Estas atividades, no que respeita à recuperação ambiental são desenvolvidas no âmbito do “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas” aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, que teve uma primeira renovação por 4 anos conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 62/2011, de 15 de dezembro, e a segunda renovação em 2015 nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 21 de setembro, pelo período de sete anos. Este contrato constitui a referência fundamental na prossecução da missão da empresa neste domínio, sendo as demais atuações desenvolvidas ao abrigo do Protocolo com a DGEG.

Neste contexto, a **estratégia** da EDM passou a ser orientada para a consecução dos seguintes objetivos:

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Promover o reforço da intervenção na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
- Desenvolver iniciativas na fase de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
- Promover a celebração de convénios, designadamente com universidades, orientados para a realização de projetos de I&D sobre novas técnicas de tratamento de minérios;
- Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização que venham a estar disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
- Participar em ações de promoção do património geológico-mineiro nacional.

Em termos de **atividades desenvolvidas em 2015**, descritas em termos detalhados neste relatório, destaca-se o seguinte:

– *No domínio técnico-ambiental*

- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de €12.121.535,41;

h
RA
JR

- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de €820.464,24;
- Realização dos trabalhos de recuperação ambiental relativos à 4ª fase de candidaturas ao domínio de intervenção “Recuperação do Passivo Ambiental”, Eixo Prioritário II – “Sistemas Ambientais, incluindo Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), consubstanciado em 4 candidaturas aprovadas em regime de *overbooking*, tendo sido apresentada mais uma candidatura que, dada a sua dimensão e prazo de execução, não foi possível compatibilizar com o prazo definido pelo POVT, acabou por ser retirada para reformulação e posterior apresentação no novo quadro de financiamento comunitário;
- Desenvolvimento de ações para promover a internacionalização do conhecimento técnico da EDM desenvolvido nos trabalhos de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, nomeadamente nos PALOP's.

– *No domínio dos recursos minerais*

- Realização de procedimento concursal para estabelecimento de parceria para desenvolvimento das atividades de prospeção e pesquisa nas áreas do Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças, cujos pedidos de atribuição de direitos se encontram pendentes na DGEG. Culminou em 15 de setembro com a seleção de uma empresa turca que se comprometeu, a investir um total de 7,6 milhões de Euros nas 3 áreas durante a duração dos respetivos períodos contratuais;
- Cumprimento dos trabalhos contratualizados relativamente às áreas de prospeção e pesquisa do Monte das Mesas, Argozelo e Escádia Grande, tendo sido realizados no ano em apreço, investimentos de €91.596,11, €320.678,00 e €111.533,55, respetivamente. Destaque para a execução de uma campanha de 9 sondagens carotadas na área de prospeção e pesquisa de Argozelo, perfazendo um total de 1670 m perfurados e que

l RAR
Jr

inter-setaram numerosas estruturas mineralizadas em minerais de tungstênio e estanho;

- Manutenção do acompanhamento do projeto Semblana junto da Somincor. Este projeto, que resulta do Acordo de Parceria celebrado em princípios de 2005 com aquela empresa na sequência da venda da participação da EDM, e posterior Aditamento ao referido acordo em 1 de julho de 2014, foi objeto do exercício do direito de opção definitivo de participação em 15% por parte da EDM, após ter obtido a necessária autorização do Acionista;
- Acompanhamento da evolução do projeto do Gavião no âmbito do consórcio celebrado com a Almina em 2012, decorrendo nesta fase os encargos por conta daquela empresa; Já em 2015 a Almina – Minas do Alentejo, SA, apresentou uma proposta de compra sobre a totalidade dos direitos de exploração do jazigo do Gavião, tendo a EDM apresentado à Tutela uma proposta de atuação e respetivos cenários de evolução desta parceria;
- Acompanhamento da situação criada pela Almada Mining relativamente aos projetos de prospeção e pesquisa e de exploração experimental para Jales - Gralheira, dada a sua situação financeira e o reiterado não cumprimento das suas obrigações no âmbito do contrato de consórcio e dos compromissos assumidos com o Estado Português mas também com os seus fornecedores.
- Acompanhamento dos trabalhos no âmbito do consórcio com a Redcorp para a valorização de uma área denominada de Lagoa Salgada, decorrendo nesta fase todos os encargos de investimento por conta daquela empresa.
- Início do desenvolvimento de ações no âmbito da nova linha de desenvolvimento estratégico dedicada à Promoção do Aproveitamento Integral dos Recursos e Reciclagem.

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional** destaca-se:

- Distribuição de Dividendos ao Acionista Único da EDM – Foi deliberada, na Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2015, a entrega de dividendos, no montante de € 269.517,78;
- Fornecimentos e Serviços Externos dentro da previsão orçamental de acordo com o orçamento do ano, e que reflete o aumento da eficiência da sua atividade e o esforço para o cumprimento das orientações recebidas;
- Gastos de pessoal em consonância com as determinações para as empresas do Setor Empresarial do Estado, com a aplicação de reduções remuneratórias decorrentes da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014), da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2015). Assim as reduções remuneratórias foram repostas em 20% a partir de 1 de janeiro de 2015.
- Resultados Líquidos – A sociedade apresentou no exercício o resultado líquido positivo de € 554.698,96.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDM – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.



III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 No domínio técnico ambiental

Concessão

No domínio Técnico e Ambiental a atuação da concessão, durante o ano de 2015, passou pela realização de um conjunto de projetos de “Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas”, serviço tido por público, atribuído pelo Estado Português sob a forma de Concessão e em regime de exclusividade à EXMIN/EDM por Decreto-Lei n.º 198-A/2011, de 6 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2005, de 9 de Março, possuindo um contrato de concessão para o efeito, cuja renovação por um novo período de sete anos foi recentemente autorizada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 10 de setembro.

A recente renovação do contrato de concessão reafirma o interesse do Estado Português na prossecução da linha de atuação da concessionária, a qual tem como objetivo a realização de projetos de remediação ou recuperação ambiental de locais contaminados, classificados como passivos resultantes de atividades mineiras, atualmente desativados ou abandonados, dando cumprimento no essencial a um planeamento de médio e longo prazo, em tempo estabelecido e submetido ao Concedente (Ministério da Economia e Ministério do Ambiente), o qual em cada ano vem sendo adaptado aos meios por este disponibilizados.

O financiamento da atividade da concessão, desenvolvida a coberto de tal plano de atuação, vem beneficiando do apoio dos fundos comunitários, designadamente do QCA III (2000-2006) / POE e POA, do QREN (2007-2013) / POVT, estando previsto a continuidade deste apoio comunitário aos projetos a realizar entre 2015 e 2020, no âmbito do Portugal 2020 / POSEUR.

Desde o início da concessão, em 2001, até ao final de 2015, foram submetidas 54 candidaturas aos fundos comunitários, 29 das quais obtiveram aprovação do QCA III e 22 do QREN, tendo sido submetidas 3 novas candidaturas ao Portugal 2020.

EDP
JY

De destacar ainda que, neste período, foram concretizados, com fundos próprios, 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

Até ao final de 2015, o investimento acumulado nos projetos especificamente associados à concessão ascendeu a €100.317.126,20 sendo que em 2015 o investimento realizado totalizou €12.121.535,41 distribuído pelos seguintes projetos:

Investimentos da Concessão Realizados em 2015

Financiamento via Fundos Comunitários (Fundo de Coesão) e outros nacionais

Designação dos Projetos/Candidaturas	Investimento (Euros)
POVT – Programa Operacional Valorização do Território	
<i>Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Sulfuretos Polimetálicos</i>	
Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal (2ª Fase)	1.191.759,12
Recuperação na Área Mineira de Aljustrel (3ª e 4ª Fases)	4.319.378,23
<i>Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Urânio</i>	
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica	185.115,61
Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa	39.347,63
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova – Mina da Urgeiriça	4.207,71
Monitorização Ambiental nas Áreas Mineiras dos Radioativos 2012-2014	236.721,19
Obras de Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Prado Velho, Forte Velho e Barracão	3.454.485,24
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Fontinha	1.482.331,49
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho	460.253,54
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	
<i>Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Sulfuretos Polimetálicos</i>	
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1	139.599,53
<i>Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Urânio</i>	
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira da Urgeiriça – Fase Final	448.848,88
Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães	60.779,65
Outros Financiamentos Nacionais	
Monitorização Ambiental nas Áreas Mineiras dos Radioativos 2015-2017	60.577,59
Recuperação ambiental área Mondego Sul	38.130,00
Total	12.121.535,41

Na região do Alentejo, onde se situam as áreas mineiras de sulfuretos polimetálicos, foram concluídas as obras da 2ª Fase de recuperação ambiental da área mineira do Lousal. O conjunto de intervenções realizadas permitiu a eliminação dos riscos de segurança existentes, o confinamento dos focos de contaminação de águas e solos, a descontaminação dos solos e linhas de água contaminadas e a construção de um sistema separativo de drenagem de águas limpas e contaminadas, assegurando o tratamento das mesmas no sistema de tratamento passivo, evitando a descarga de águas contaminadas na ribeira de Corona.

Concluíram-se as obras correspondentes à 4ª empreitada de recuperação ambiental e paisagística do extenso e importante conjunto de áreas mineiras integradas no complexo mineiro de Aljustrel – Algares, S. João e Pedras Brancas. A conclusão do conjunto de empreitadas realizadas, integradas entre si, permitiu a recuperação ambiental de um complexo mineiro com vestígios de exploração mineira desde o tempo dos romanos, a eliminação dos riscos para a segurança e saúde pública e simultaneamente a valorização desta vasta área confinante com a vila de Aljustrel, e com uma riqueza industrial e arqueológica muito importante que permitirão o aproveitamento e usufruto de todo este complexo agora recuperado pelas populações locais e visitantes. Foram igualmente realizadas obras de reabilitação da galeria de mina de Aljustrel, situada por baixo da estrada de acesso ao bairro de Vale d'Oca.

Na região centro, onde se situam as áreas mineiras de urânio, locais de antigas explorações mineiras de minérios radiativos, foram realizados trabalhos pós-obra, designadamente, ensaios geofísicos de levantamento de perfis de prospeção geoelétrica, por forma a aferir a presença de níveis de água e zonas de percolação preferencial na área mineira da Cunha Baixa e executados piezómetros com vista à monitorização das condições de escoamento subterrâneo na área mineira da Bica.

Foram concluídas as obras de remediação ambiental nas áreas mineiras de Freixinho, Fontinha, Prado Velho, Forte Velho e Antiga Fábrica de Rádio do

P. DR
JR

Barracão. Com a realização destas intervenções conseguiram-se atingir os objetivos propostos para estas antigas áreas mineiras, permitindo alcançar redução dos riscos de segurança, dos riscos ambientais e radiológicos, e simultaneamente uma melhoria da paisagem envolvente, além da recuperação de áreas que antes se encontravam inutilizadas pela deposição de escomboreiras associadas à atividade mineira, e que hoje poderão ser utilizadas para outros fins.

Deu-se continuidade ao cumprimento das atividades de monitorização das áreas mineiras dos radioativos, necessárias garantir durante o desenvolvimento dos respetivos projetos e até que a remediação ambiental nelas seja garantida e demonstrada. Os trabalhos envolvem campanhas de caracterização e de monitorização especificamente direcionadas para os dois principais compartimentos ambientais - meio hídrico e solos, isto para além do acompanhamento técnico ao funcionamento das novas estações de tratamento passivo. A atividade de monitorização ambiental reveste-se da maior importância, pois permite dotar o país de um registo histórico de dados fundamentais para acompanhar a eficácia das ações de remediação ou recuperação ambiental desenvolvidas e que são periodicamente acompanhadas pela Comissão Europeia, ao abrigo do Artigo 35º do Tratado EURATOM.

A comparticipação financeira de Fundo de Coesão dos projetos apresentados na 4ª fase de candidaturas ao QREN / POVT, para a realização de obras de remediação ambiental nas áreas mineiras de Fontinha, Freixinho, Prado Velho, Forte Velho, Fábrica de Rádio do Barracão e monitorização ambiental nas áreas mineiras dos radioativos (2012-2014), foi aprovada com a condicionante de overbooking, pelo que estas operações candidatas apenas serão cofinanciadas na medida dos recursos financeiros que vierem a ficar disponíveis no eixo onde a operação foi aprovada – Eixo Prioritário II.

De acordo com informação veiculada pela Comissão Diretiva do POVT, as verbas comunitárias que não sejam absorvidas pelos beneficiários do POVT até 15 de janeiro de 2016 serão canalizados para os projetos aprovados sob o regime de overbooking, pelo que, tendo em conta que a EDM já submeteu os pedidos de

2
PA
J

a lavra foi feita a céu aberto até aos 120 metros de profundidade, tendo os trabalhos continuado por meio de poços e galerias até aos 400 metros, estendendo-se a área mineira desde a aldeia das Minas de São Domingos até ao Porto do Pomarão numa extensão de cerca de 15 km. São Domingos é hoje uma das maiores e mais complexas situações de contaminação ambiental resultantes da exploração mineira em Portugal, incluindo diversas escombreyras, barragens e lagoas de águas ácidas e contaminadas com metais pesados. Nesta primeira fase de recuperação ambiental da antiga Área Mineira de São Domingos será dado especial enfoque à recuperação e reconstrução do antigo sistema de drenagem, derivação e retenção de águas limpas, em particular das valas perimetrais da Margem direita do vale da Ribeira de São Domingos, e respetivos açudes e obras complementares, de forma a reduzir a produção de águas contaminadas e permitir a realização das intervenções em segurança no interior do vale de São Domingos.

A Antiga Área Mineira da Urgeiriça, localizada no concelho de Canas de Senhorim, distrito de Viseu, consiste no maior complexo mineiro da área dos radioativos em Portugal, destacando-se a existência da Oficina de Tratamento Químico de minérios radioativos para produção de concentrados de rádio (no início do século XX) e posteriormente de urânio (yellow cake). De acordo com o Inventário e estudo de priorização de intervenção das áreas mineiras abandonadas foi considerada a área mais prioritária de todas a nível nacional, encontrando-se por realizar a **Fase Final da Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira da Urgeiriça**, que inclui ações complementares e imprescindíveis para a remediação ambiental desta área, nomeadamente a descontaminação química e radiológica da antiga Oficina de Tratamento Químico, e do armazém de concentrados de urânio, a remoção de solos e lamas contaminadas e deposição em célula de confinamento técnico dedicada a construir, a construção de sistema de captação e drenagem de exsurgências de águas subterrâneas contaminadas e respetivos sistemas de tratamento de forma a assegurar a adequada descontaminação de rádio, urânio e metais pesados das águas e solos, e assim contribuir para a minimização do impacto radiológico da atividade mineira na envolvente da Urgeiriça, em particular na saúde pública da população local.

P-DAR
JY

A Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães, consiste na recuperação integrada de várias áreas mineiras, das quais se destaca a área mineira de Castelejo, localizada no concelho de Gouveia, distrito da Guarda, onde se realizou a exploração de minério de urânio através de duas cortas a céu aberto, atualmente inundadas, registando-se também a existência de doze escombreyras na envolvente que ocupam uma área de cerca de 81.000 m². Além da recuperação desta área mineira, o projeto integra ainda a recuperação integrada das antigas áreas mineiras de Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães, através da remoção e transporte das escombreyras e materiais contaminados aí existentes para a área mineira do Castelejo e seu confinamento num único local, assegurando-se a recuperação e reabilitação ambiental de todas as áreas.

Outras atividades no domínio ambiental

Em 2015 foram desenvolvidas outras atividades na área ambiental, as quais contemplaram a realização de trabalhos de segurança em locais mineiros abandonados e intervenções de manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.

- **Ações de Segurança, Controlo e Manutenção** - Esta atividade foi desenvolvida ao abrigo do Protocolo de Cooperação estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, linha de Ação 1 – Trabalhos de Segurança, que visa o anular ou mitigar riscos para pessoas e bens, relacionadas com antigas explorações ou trabalhos mineiros, muito em particular das situadas junto a aglomerados populacionais. Nesta temática pontificam as intervenções que são em cada ano implementadas, e que ao longo do território potenciam situações de risco. Integrada nesta linha de ação releva-se, também, a missão de vigilância regular para a deteção de anomalias no domínio da segurança nas 61 antigas minas de radioativos existentes no país.

No ano de 2015 as atuações desenvolvidas neste domínio compreenderam o desenvolvimento de projetos de execução e da realização de trabalhos de segurança, que abarcaram neste período 15 antigas áreas mineiras, Chãs,

P. PAP
JY

Gourim, Pousadela, Regoufe, Rio de Frades, Jales, Pai Afonso, Espinho, Nogueirinha, Aljustrel, Alcaria Queimada, Cortes Pereira, Eira do Brejo, Couraça (Santa Justa) e Mata da Rainha, sendo que para estas 5 últimas áreas, a conclusão das intervenções ocorra durante o primeiro trimestre de 2016.

Os trabalhos desenvolvidos contemplam, na generalidade, atuações em poços, chaminés e galerias mineiras, bem como na implementação de vedações e sinalização de segurança.

Realce também para a continuação do desenvolvimento de ações de segurança, controlo e remediação ambiental nas 61 áreas mineiras dos radioativos, nomeadamente com a continuação dos trabalhos de descontaminação do Parque Habitacional da ex-ENU ao abrigo do Protocolo assinado com a respetiva Comissão de Moradores. Para além da finalização dos trabalhos de descontaminação das 3 casas tipo selecionadas no âmbito do protocolo assinado com a Comissão de Moradores, em 2015 foram ainda assinados mais 14 acordos para a realização de obras de descontaminação e segurança, tendo-se realizado a maior parte dos respetivos trabalhos ainda durante 2015.

No período foram assegurados serviços de assessoria técnica especializada em instalações e equipamentos eletromecânicos e de controlo de processo, isto para além de ter sido dada continuidade ao desenvolvimento de ações de controlo de segurança, através do reforço das ações periódicas de visitaçao para acompanhamento do pós-obra de anteriores intervenções de segurança, no sentido de se verificar o estado em que se encontram, por forma a promover a realização de correções pontuais que garantam a manutenção desses espaços.

Na persecução do objetivo de atualização da informação disponível sobre o estado de conservação das áreas intervencionadas e das restantes áreas ainda não intervencionadas, manteve-se em 2015, o plano de observações, tendo sido observadas até à data 152 antigas áreas mineiras e produzidos os respetivos “Relatórios de Observação”.

Ação 1 - Trabalhos de Segurança
Financiamento por via do Protocolo DGEG/EDM

Designação dos Projetos	Valor (Euros)
Intervenções de Segurança em Minas Abandonadas	473.949,10
Intervenções de Segurança nas casas do bairro mineiro da Urgeiriça	157.920,81
Total	631.869,91

- **Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.** Esta atividade, a que corresponde a linha de Ação 2 – Minas Abandonadas, do Protocolo de Cooperação, estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, pretende garantir o adequado desempenho das obras de recuperação ambiental desenvolvidas nos últimos anos no âmbito da Concessão, por via da sua manutenção, correção e beneficiação, atividades estas não financiadas por fundos comunitários.

No ano de 2014 foram iniciados trabalhos de limpeza e remoção de lamas do sistema passivo de tratamento de efluentes da área mineira de Jales, assim como deu-se continuidade ao acompanhamento das condições de funcionamento da estação de tratamento.

No ano de 2015 foi possível concretizar trabalhos complementares de remediação ambiental na área mineira de Vale da Abrutiga, trabalhos de estabilização e revestimento de taludes nas áreas de Bica, Rosmaneira, Carrasca e Vale d'Arca, bem como a realização de um sistema de tratamento passivo complementar na Cunha Baixa.

Ação 2 – Minas Abandonadas
Financiamento por via do Protocolo DGEG/EDM

Designação dos Projetos	Valor (Euros)
Trabalhos de Conservação, Correção e Beneficiação	188.594,33

- **Participação em projetos de Investigação e Desenvolvimento.**

Como resultado dos avanços sistematicamente alcançados pela Investigação e Inovação tecnológica na temática da remediação ambiental de regiões

P. RAR
jij

degradadas, esta área de intervenção da EDM está em constante evolução no que respeita ao conhecimento de novas técnicas e metodologias. Procurando acompanhar esta evolução, a EDM participa num consórcio nacional de empresas e entidades do SCTN para o desenvolvimento de um projeto denominado No-Waste cujo financiamento é comparticipado pelo Programa Life+. Este terá uma duração de 4 anos e visa a demonstração, a nível piloto, do uso de resíduos da indústria de pasta de papel na remediação de solos contaminados em áreas mineiras. Este projeto foi aprovado para financiamento em julho de 2015 e iniciou-se formalmente em 1 de janeiro de 2016. O envolvimento da EDM no ano transato resumiu-se às atividades de gestão preparatórias do início do projeto.

3.2 No domínio dos recursos minerais

A atividade da EDM no domínio dos recursos minerais durante 2015 teve como fulcro a valorização do potencial do território nacional em matérias-primas minerais metálicas. Centrou-se no desenvolvimento de projetos de prospeção e pesquisa em curso e teve como pressuposto que estes projetos, a par com a divulgação dos resultados obtidos, constituem mecanismos eficazes para a apresentação de oportunidades concretas de investimento no setor mineiro em Portugal.

As restantes atividades da EDM durante 2015 no domínio dos recursos minerais passaram, sobretudo, por ações de promoção e dinamização do setor dos recursos geológicos e pela promoção do aproveitamento integral dos recursos.

Valorização do potencial nacional em recursos minerais

Avaliação Contínua de Recursos

As ações desenvolvidas, no seguimento do que vinha sendo feito em anos anteriores, visaram a identificação de oportunidades que merecessem ser valorizadas, em particular no que respeita aos recursos minerais de carácter estratégico para Portugal, designadamente:

- Matérias-primas minerais críticas para o abastecimento europeu, nas quais se inclui o tungsténio e a que normalmente estão associados minérios de estanho;
- Minérios de ouro, pelo seu elevado valor e número de ocorrências conhecidas em Portugal, algumas delas exploradas no passado;
- Minérios de cobre, chumbo e zinco em jazigos de sulfuretos maciços da Faixa Piritosa Ibérica, como província metalogenética que suporta jazigos de classe mundial.

Das atividades desenvolvidas neste âmbito durante 2015 não resultaram oportunidades concretas merecedoras de intervenção mais profunda por parte da EDM, designadamente ao nível de lançamento de novos projetos de prospeção e pesquisa. Subjacente está o facto de que as que mereceram atenção já se encontram ao abrigo de contratos com outras empresas.

Projetos de Prospeção e Pesquisa

Projeto Argozelo

Este projeto tem correspondência direta com o contrato de prospeção e pesquisa celebrado com o Estado em 5 de dezembro de 2011 para depósitos minerais de Sn, W, Au, Ag, Cu e sulfuretos associados numa área com cerca de 211 km² na região de Bragança – Vimioso e que abrange, entre outras, as antigas minas de Ribeira, Paredes e Argozelo. No final de 2015 e por força da entrada no segundo e último período anual de prorrogação, a área inicial encontra-se reduzida a 53 Km².

No decorrer de 2015 cumpriram-se as atividades estipuladas contratualmente para o primeiro período de prorrogação:

- Cartografia geológica dos setores do Canal, Argozelo, Leitarães e Candedo;
- Reconhecimentos geológico-mineiros nas regiões de Cabeço do Sardão e Casas, bem como no setor intermédio da área de prospeção e pesquisa;
- Análise geoquímica das amostras recolhidas nos trabalhos de cartografia e reconhecimento geológico-mineiro;
- Amostragem de solos nos sectores de Argozelo e Candedo, tratamento estatístico dos resultados analíticos obtidos e definição de anomalias;



- Abertura de sanjas em Argozelo e Candedo nos sectores para os quais foram definidas anomalias de tungsténio e estanho em solos coincidentes com estruturas filonianas identificadas na cartografia geológica;
- Cartografia geológica de detalhe das sanjas e amostragem litológica para geoquímica;
- Execução de 8 perfis de prospeção geoeétrica nos sectores de Argozelo e Candedo;
- Planeamento e execução de uma campanha de 9 sondagens sobre alvos definidos nos sectores de Argozelo e Candedo, tendo-se perfurado um total de 1670 metros.

Quanto aos principais resultados alcançados, eles reportam-se a:

- Identificação e caracterização à superfície das estruturas mineralizadas da mina de Argozelo (W, Sn), para norte, sul e este;
- Identificação e caracterização por métodos geoeletricos das estruturas mineralizadas no sector de Candedo (Sb).
- Identificação de estruturas mineralizadas em tungsténio nos setores de Cabeço do Sardão e de Casas
- Reconhecimento em profundidade das estruturas mineralizadas de Argozelo e Candedo.

Estes resultados mostram que as potencialidades da área não foram esgotadas pela exploração que se verificou no passado. Com efeito, essas potencialidades mineiras residem na continuação longitudinal das principais estruturas mineralizadas anteriormente reconhecidas na mina da Ribeira e que durante 2015 foram reforçadas pelos resultados alcançados para as estruturas da mina de Argozelo, pois comprovou-se também a sua continuidade longitudinal, lateral e em profundidade. Acrescem as potencialidades resultantes das estruturas e horizontes identificados em Cabeço do Sardão e Pica Porcos.

Projeto Monte das Mesas

Este projeto tem correspondência com o contrato de prospeção e pesquisa celebrado em Julho de 2012 com o Estado. Refere-se a uma área com 58,6 km²,



localizada a noroeste de Aljustrel, na Faixa Piritosa Ibérica e que visa, essencialmente, minerais de Cu, Pb e Zn.

Durante 2015 deu-se continuidade a trabalhos iniciados no ano anterior, nomeadamente no que respeita a compilação da informação geológica e geofísica histórica, sua digitalização e sua integração em SIG e software de modelação geológica.

Cumprindo o estipulado contratualmente, também se procedeu à realização de:

- Levantamentos gravimétricos para cobrir sectores da área não reconhecidos por este método, permitindo redefinir e aumentar a precisão de anomalias já reconhecidas;
- Sondagens eletromagnéticas ao longo de 6 perfis sobre anomalias gravimétricas definidas anteriormente e com o objectivo de auxiliar na determinação das possíveis causas que geram essas anomalias;
- Interpretação geológica e geofísica da área com recurso à construção de cortes geológicos e à elaboração de modelos geológicos tridimensionais.

Os principais resultados alcançados prendem-se com a identificação de anomalias geofísicas não correlacionáveis, numa primeira instância, com aspetos estruturais ou litológicos. Apontam para setores da área próximos da localização do horizonte mineralizado do Gavião ou de outros identificados na área.

Este projeto é o objeto central de um procedimento concursal lançado pela EDM em 2015 na procura de parceiro com capacidade financeira para incrementar os investimentos de prospeção e pesquisa. Nesse procedimento estão ainda incluídas as áreas de Alcácer e de S. Pedro das Cabeças, também na Faixa Piritosa e cujo pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa pela EDM se encontram pendentes na DGEG. Como resultado do procedimento concursal, foi selecionada, em 15 de setembro, a empresa turca Eczacıbaşı Esan que se comprometeu com um investimento de 7,6 milhões de Euros para as 3 áreas durante a duração dos respetivos períodos contratuais.

Projeto Escádia Grande

O projeto de prospeção e pesquisa de Escádia Grande para depósitos minerais de Au, Ag, Cu, Pb, Zn, Sn, Sb, e W foi atribuído à EDM em 23 de Setembro de

2014. A área em causa, com 252,752 km², abrange parte dos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pêra, Pedrogão Grande e Arganil.

No cumprimento do previsto contratualmente, os trabalhos desenvolvidos nesta área no decorrer de 2015 consistiram essencialmente em:

- Continuação da recolha, avaliação e interpretação de dados geomineiros históricos, incluindo sondagens antigas e amostragem de zonas mineralizadas para análise geoquímica. Integração em SIG e software de modelação geológica;
- Cartografia geológica em sectores específicos da área de prospeção e pesquisa, com amostragem de afloramentos para análises geoquímicas;
- Estudo geral da área por tecnologias de deteção remota, enquadrado no apoio à realização de uma dissertação de mestrado desenvolvida em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Outros projetos de prospeção e pesquisa

Projeto Lagoa Salgada

O projeto Lagoa Salgada desenvolve-se na área de prospeção e pesquisa com o mesmo nome, localizada numa área com cerca de 133 km² nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo. Visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar outros sectores da área que apresentam grande potencial para conter mineralizações. Este depósito integra-se em rochas paleozoicas da Faixa Piritosa Ibérica que aqui se encontra coberta por sedimentos arenosos de idade terciária.

A participação da EDM neste projeto resulta de uma parceria estabelecida em Setembro de 2013 com a empresa Redcorp. A EDM detém uma participação de 15% que não envolve investimento, mas apenas acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar.

No âmbito deste projeto a EDM procedeu à:



- Compilação e informatização a informação histórica que possuía sobre esta área e atualização da base de dados do projecto e integração desses dados em projecto SIG;
- Modelação 3D de dois sectores da mineralização da Lagoa Salgada e das unidades e estruturas geológicas que acompanham a mineralização;
- Avaliação das reservas mineiras da mineralização maciça da Lagoa Salgada.

Projeto Jales-Gralheira (prospecção e pesquisa)

O projeto de prospecção e pesquisa de Jales-Gralheira está intimamente associado ao contrato de exploração experimental com o mesmo nome e que mais à frente se abordará o respetivo ponto de situação. Resulta de um procedimento concursal em que a EDM, em consórcio com a Almada Mining, Lda., obteve, em 31 de Julho de 2012, os direitos de prospecção e pesquisa para minérios de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco e minerais associados numa área de 79,478 km² situada nos concelhos de Vila Pouca de Aguiar e de Murça.

Projetos de Valorização e Aproveitamento Económico

Gavião

O depósito mineral de sulfuretos maciços do Gavião localiza-se na Faixa Piritosa Ibérica, sob cobertura terciária, a cerca de 3 km a oeste de Aljustrel. É alvo de uma concessão mineira detida pela EDM, tendo o respetivo contrato sido celebrado com o Estado em 15 de Julho de 1992.

A valorização económica deste jazigo, visando alcançar estádios mais avançados de conhecimento efetivo das suas potencialidades económicas, tem sido levada a cabo ao abrigo de um contrato de parceria celebrado com a Almina – Minas do Alentejo, SA em Julho de 2012, a fim de minimizar os investimentos próprios e partilhar os riscos para além de dar sequência ao memorando de entendimento assinado entre o Estado Português e a MTO SGPS, SA (agora designada por I'M Mining SGPS, SA) que prevê no seu número 1 a transferência para a MTO ou

para uma sociedade detida ou controlada pela mesma, em condições a acordar com a EDM, do direito de exploração do complexo mineiro do Gavião.

Na sequência de um estudo conceptual realizado pela Almina sobre a viabilidade económica da exploração do jazigo em função do conhecimento existente, esta empresa submeteu à consideração da EDM, em 11 de dezembro de 2014, uma proposta para a aquisição da totalidade dos direitos sobre o jazigo do Gavião, a fim de levar a cabo a sua exploração. Por este motivo, durante 2015, os trabalhos de valorização previstos para o jazigo ficaram suspensos.

A EDM, após análise técnica e jurídica detalhada à proposta apresentada, e dentro do espírito do contrato de consórcio entre as partes, apresentou à sua tutela setorial uma proposta de atuação bem como os possíveis cenários de evolução desta parceria.

Semblana

No seguimento da descoberta do jazigo da Semblana por parte da Somincor e no âmbito do “Aditamento ao Acordo de parceria em futuros investimentos relacionados com direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais” celebrado entre a EDM e aquela empresa em 1 de julho de 2014, a EDM exerceu, em 31 de dezembro de 2014, os seus direitos de participação em 15% no desenvolvimento do projeto Semblana.

No decorrer de 2015 foi realizada uma reunião de coordenação com a Somincor onde foi transmitido que face à atual conjuntura de mercado e a outras prioridades de investimento por parte da Somincor, no ano em apreço, não houve evolução quanto ao desenvolvimento mineiro deste projeto.

Jales-Gralheira

Tal como referido anteriormente, associado ao projeto de prospeção e pesquisa de Jales – Gralheira encontra-se o projeto de Exploração Experimental com a mesma designação. Resultou de um procedimento concursal em que a EDM, em consórcio com a Almada Mining, Lda., obteve, em 31 de Julho de 2012, a concessão para exploração experimental para minérios de ouro, prata, cobre,

L-PA
py

chumbo, zinco e minerais associados numa área de 1540,69 hectares situada no concelho de Vila Pouca de Aguiar e a que corresponde o número de cadastro C-106.

A chefia do consórcio e a sua gestão operacional foi entregue à Almada Mining que tinha uma participação de 85% no consórcio. Desta forma e na sequência das suas dificuldades financeiras, a Almada Mining incumpriu com os compromissos assumidos contratualmente com o Estado Português, nomeadamente, a prestação de caução, o programa de trabalhos e de investimentos, para além de outros incumprimentos devidamente identificados e comprovados ao nível do consórcio como o pagamento da sua quota-parte nos investimentos efetuados.

A EDM, que cumpriu com o pagamento da sua quota-parte dos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2013, tomou uma posição junto do seu parceiro para que o mesmo resolvesse as questões pendentes, quer ao nível dos compromissos assumidos com o Estado Português, quer ao nível do consórcio com especial relevância para os compromissos que assumiu com fornecedores externos, sendo que a Almada Mining nada fez para alterar esta situação.

Por carta datada de 26 de Janeiro de 2015, a EDM comunicou-lhe a cessação do contrato de consórcio celebrado entre as duas empresas, tendo dado conhecimento à DGEG deste facto e da situação criada pela Almada Mining, comunicando ainda que se mantinha disponível para colaborar numa solução.

A EDM tomou ainda conhecimento de um despacho do Senhor Secretário de Estado de Energia, datado de 23/3/2015, a autorizar a eventual cessão da posição contratual da Almada Mining para a Medgold, cessão que deveria ser também acompanhada de diligências para a assunção pela Medgold da anterior participação detida pela EDM.

As negociações entabuladas pela Almada Mining e Medgold acabaram por se frustrar, tendo a Medgold, em junho de 2015, informado a EDM que já tinha comunicado às autoridades competentes a sua desistência na aquisição da posição da Almada Mining no consórcio.

No final de 2015, a EDM tomou conhecimento, no decurso de reunião efetuada na DGEG, que os contratos MN/CE/001/106 – pedido de exploração experimental e MN/PP/032/12 – prospeção e pesquisa, denominados “Jales-Galheira”, tinham caducado em Agosto de 2015, uma vez que os prazos respetivos tinham chegado ao seu termo, sem que houvesse registo de qualquer pedido de prorrogação.

P. RAP
Jy

Em conformidade com a situação atrás descrita, foi deliberado amortizar no exercício de 2015 os investimentos contabilizados neste projeto.

Investigação, Desenvolvimento e Inovação no Setor dos Recursos Minerais

Contribuindo para o desenvolvimento e inovação no setor dos recursos minerais, durante 2015 deu-se continuidade ao acompanhamento do projeto **VAMOS - Viable and Alternative Mine Operating System**, no qual a EDM é parceira e cujo financiamento das atividades decorre do programa H2020 para promoção da investigação e inovação europeia. Neste projeto pretende-se utilizar a corta da área mineira de São Domingos para o desenvolvimento de testes de um protótipo para a exploração subaquática de recursos minerais em ambientes adversos. No âmbito do mesmo programa de financiamento foi aprovado o projeto **UNEXMIN - Autonomous Underwater Explorer for Flooded Mines** que prevê o desenvolvimento de um sistema robótico para a exploração e cartografia de minas europeias alagadas. Com início em 1 de fevereiro de 2016, durante 2015 desenvolveram-se os procedimentos necessários ao estabelecimento formal do financiamento (*Grant Agreement*) e do consórcio internacional de parceiros (*Consortium Agreement*).

Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos

No enquadramento do Eixo C - Divulgação e Promoção do Potencial Nacional da ENRG-RM e ao abrigo do protocolo celebrado entre a DGEG e a EDM em 2007, a EDM deu continuidade a iniciativas para a promoção e dinamização dos recursos minerais nacionais tendo em vista a importância que o aproveitamento de forma sustentada destes recursos pode ter em termos económicos a nível nacional e contribuir para o desenvolvimento regional em termos sociais e económicos.

Assim e no âmbito das linhas de atuação referidas, a EDM, manteve a presença habitual no maior encontro mundial do setor mineiro em Toronto, Canadá – PDAC 2015 e no evento Mines and Money que decorreu em Londres em dezembro.

A EDM participou também, em colaboração com a DGEG e o LNEG, no Metallic Mining Hall que se realizou pela primeira vez em Sevilha, e que pretende ser um

P. RAP
fy

salão internacional dedicado exclusivamente ao setor mineiro metálico, com especial enfoque na Faixa Piritosa Ibérica.

A destacar ainda a presença, por convite, no *MINEX Europe 2015 – 1st European Mining & Exploration Forum*, onde a EDM divulgou as potencialidades em recursos minerais do país.

A nível nacional a EDM participou em diversas ações de promoção e divulgação do setor geológico-mineiro, em ambiente empresarial, académico e comunitário.

Promoção de Parcerias no exterior

Países CPLP

Tendo presente as sinergias criadas por uma língua, uma história e uma cultura comuns, a EDM deu continuidade aos contatos com algumas entidades e empresas presentes em alguns dos países da CPLP no sentido continuar a promover oportunidades principalmente na vertente dos recursos minerais nomeadamente na prestação de serviços e concursos financiados pelo Banco de Desenvolvimento Africano e Banco Mundial.

Assim, realizou-se uma manifestação de interesse em parceria com uma empresa portuguesa da área de consultoria ambiental para um concurso internacional promovido pelo Ministério dos Recursos Naturais e Energia em Moçambique, financiado pelo Banco Mundial, para serviços de consultoria para Inspeção, Auditoria e Supervisão Ambiental em Atividades Mineiras que se espera resultados durante o ano de 2016.

Mantêm-se ainda em aberto uma colaboração na área ambiental com a FEAM, organismo equivalente ao ministério do ambiente do Estado de Minas Gerais, e ainda com as Direções Gerais de Geologia e de Minas de Moçambique no intercâmbio de experiências tendo sido recebidos dois técnicos da Direção Nacional de Geologia pela EDM em Portugal no âmbito de uma missão técnica.

Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”

Em 2012 foi iniciado um projeto de colaboração com as autoridades Moçambicanas, Direção Nacional de Geologia (DNG), que passava pelo

EDM
Jy

financiamento e pelo lançamento de uma nova edição atualizada de um livro técnico com o título “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”, publicado pela primeira vez em 2004 apenas em versão inglesa, e cuja autoria é de um geólogo alemão, Siegfried Lächelt e cuja finalização se previa para 2015 mas que por razões que se prendem com a necessidade da sua revisão pelas autoridades técnicas de Moçambique, só deve estar terminado no final do primeiro trimestre de 2016. A gestão e financiamento deste projeto foi assumido em 2012 perante as entidades moçambicanas, de forma conjunta pela EDM e DGEG no âmbito do Protocolo entre as duas entidades sendo que por força de uma candidatura efetuada ao Banco de Desenvolvimento Africano, a EDM assinou um contrato de financiamento dessa entidade de 80.000€ para custear os encargos com o projeto.

O projeto deste livro, cuja atualização foi feita pelo autor sem qualquer custo passou pela atualização da versão inglesa e pela sua tradução para português, faltando só a sua impressão nas versões inglesa e portuguesa, e ainda a sua apresentação pública em Moçambique, ação essa que se espera que ocorra durante o mês de Março de 2016.

Promoção do Aproveitamento Integral dos Recursos e Reciclagem

As ações desenvolvidas no âmbito desta nova linha estratégica visam contribuir para a eficiência no uso das matérias-primas minerais, garantindo o abastecimento e evitando o desperdício e, simultaneamente, contribuir para a reciclagem e para a redução de passivos ambientais, de forma integrada e economicamente sustentável. Neste âmbito destaca-se a participação da EDM no projecto **ENVIREE** - *Environmentally friendly and efficient methods for extraction of Rare Earth Elements from secondary sources*, financiado parcialmente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através do programa europeu ERA-MIN e que teve o seu início em janeiro de 2015. Pretende o desenvolvimento de métodos eficientes e amigos do ambiente para extração de Terras Raras a partir de fontes secundárias, em particular do sector mineiro, nomeadamente materiais de escombrelas, rejeitados e outros que possam ter um potencial de valorização. A EDM está particularmente envolvida na identificação, caracterização e avaliação

R
PA
Jy

das fontes secundárias de Terras Raras existentes na Europa e África do Sul. Durante 2015 a EDM participou na definição de critérios para a seleção de materiais com potencial em Terras Raras e na definição dos critérios de amostragem. Tendo por base o inventário das 175 antigas áreas mineiras abandonadas, procedeu-se à realização de um inventário de fontes secundárias com potencial em Terras Raras em Portugal e nas fontes secundárias selecionadas foi realizada a amostragem.

Também neste âmbito se enquadram diversas ações pontuais de reconhecimento geoquímico preliminar das escombreyas afetas à Concessão e o apoio à realização de uma dissertação de mestrado de um aluno da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa sobre a caracterização morfológica, volumétrica e composicional das escombreyas das antigas minas de Sra da Guia e Vale Pião inseridas na área de prospeção e pesquisa de Escádia Grande.

3.3 Atuações diversas

Foram continuadas ou desenvolvidas atuações noutros domínios, de que se destacam:

Protocolo DGEG/EDM

No âmbito do protocolo existente entre a DGEG/EDM e na persecução dos objetivos que constam na Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, para além das ações já descritas no capítulo referente à atividade no domínio técnico-ambiental, continuaram a ser desenvolvidas um conjunto de atividades de dinamização e promoção do setor dos recursos geológicos e de que se destacam:

Roteiro de Minas

O “Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal”, iniciativa enquadrada no protocolo assinado entre a EDM e a DGEG, está disponível na *web* desde maio de 2010 e tem entre os seus objetivos não só a



divulgação com interesses turísticos e científicos dos temas mineiros e geológicos, mas também a dinamização e aproveitamento cultural das áreas que no passado estiveram associados às atividades extrativas. Este projeto revela-se ainda de grande importância não só para uma imagem pública mais favorável ao setor mineiro, mas também pela garantia de manutenção que os locais mineiros abandonados e reabilitados terão a longo prazo e ainda pelos postos de trabalho que criam.

Algumas das iniciativas locais estão relacionadas com os trabalhos reabilitados ou em reabilitação pela EDM, procurando-se um efetivo aproveitamento desses espaços, nomeadamente pelas populações locais.

Tendo em atenção o papel que o *Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal* pode desempenhar para a promoção da imagem e divulgação dos recursos geológicos nacionais, a EDM contribuiu em 2015 para o lançamento de um novo website mais moderno e apelativo.

O Roteiro atravessa pois um dos seus mais relevantes momentos com o desenvolvimento de um novo website que vem dar resposta a necessidades sentidas pelos Parceiros e igualmente melhorar a resposta aos utilizadores que o procuram, sendo que é previsível que seja colocado online na BTL2016, com uma apresentação pública.

Dos principais desenvolvimentos ocorridos no ano de 2015 destacam-se:

- Plataforma informática www.roteirodeminas.pt: Apesar da desatualização tecnológica da plataforma, foi minimamente garantida a sua manutenção nas suas três versões linguísticas PT SP EN, atualização de conteúdos próprios (homepage) e edição dos conteúdos propostos pelos Parceiros;
- Identificação de novos Parceiros: No decorrer do período em análise mantiveram-se as visitas aos locais de potencial interesse, não se tendo verificado novas adesões;
- Encontro Anual de Parceiros e Formação: O Encontro Anual de parceiros 2015, numa iniciativa inédita, realizou-se em três locais distintos (Minas de Castromil, Parque Paleozóico de Valongo/Museu da Lousa e Minas de S-Pedro da Cova), numa organização conjunta de três autarquias (C. M. Paredes, C. M. Valongo e U. Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova);

R
R
J

- Semana dos Parceiros: Realizou-se pela quarta vez a “Semana dos Parceiros do Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal”, envolvendo quase a totalidade dos Parceiros;
- Colaboração com entidades externas: Foram estabelecidos e aprofundados os contactos com várias entidades, onde podemos destacar, o Turismo de Portugal TP e as Entidades Regionais de Turismo com as iniciativas da ERT Porto Norte de Portugal e ERT Centro de Portugal, a UTAD, onde a equipa apoiou a implementação da 2ª edição do “Curso técnico de guias de património geológico e mineiro” e a Câmara Municipal de S. João da Madeira e o grupo que dinamiza a produção da Norma Portuguesa de Qualidade do Turismo Industrial.
- Guia “Serviços educativos e visitas escolares”: Produção de guia (versão e-book e versão papel de reduzida tiragem) onde se apresentaram as inúmeras atividades desenhadas para o público escolar (alunos e professores) dos diversos níveis de ensino, oferecidas ao longo do território do continente e da Região Autónoma dos Açores pelos Parceiros no ano letivo de 2015-2016.
- Divulgação de informação científica, sobre exposições temporárias e de conteúdos formativos: Manteve-se a pesquisa, seleção e disponibilização de informação científica, de informação sobre exposições temporárias, conferências, e de conteúdos formativos, etc. dirigidas aos Parceiros.
- Presença em feiras, congressos e seminários científicos: Foram efetuadas diversas apresentações e distribuído material do “Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal” em congressos e seminários científicos.

CPR
JY

Stock urânio

Na sequência da decisão do Estado em transferir os concentrados de urânio do LNEG para a EDM, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho e de acordo com o relatório de avaliação do ROC elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança do *stock* de concentrados de U_3O_8 . Este *stock* de concentrado de U_3O_8 , que à data, totaliza 198,5 toneladas, vem sendo objeto de visitas anuais para controlo, quer do EURATOM quer da AIEA. A inspeção de 2015 foi realizada pela EURATOM em 18 de setembro e dela não resultou a necessidade de implementação de quaisquer medidas.

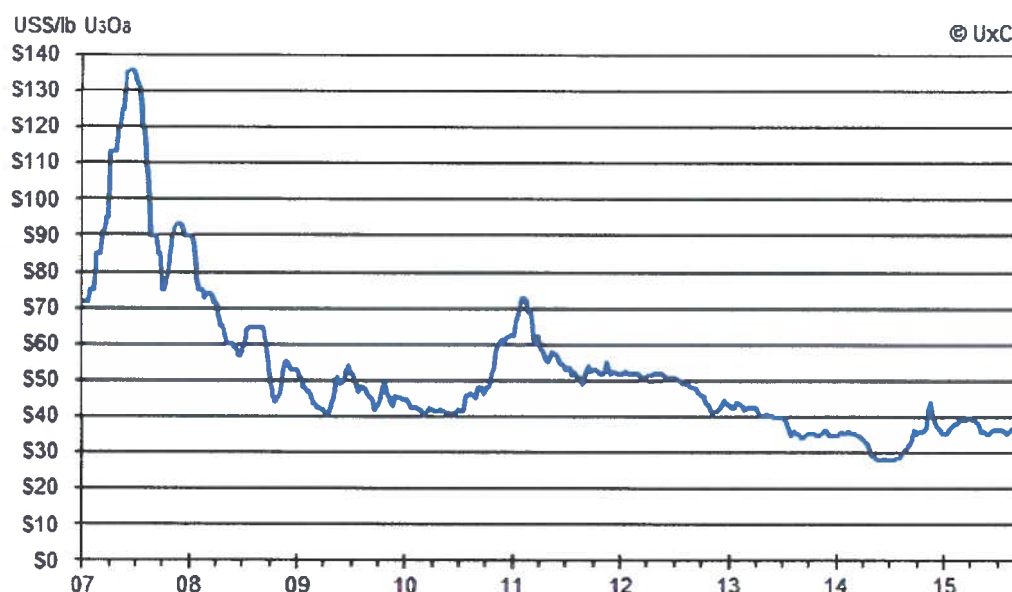
Em 2015 foram concluídas as ações de reforço físico das condições de segurança e de armazenagem do armazém onde está localizado o *stock* de concentrado de U_3O_8 . Contudo, considerando que em 2016 se vai dar início à última fase do projeto de reabilitação ambiental da Urgeiriça, que contempla a descontaminação dos edifícios da envolvente, onde se incluem o que hoje está a funcionar como armazém para o referido concentrado de urânio, vai ser necessário fazer a sua transferência para outro local que terá de ter as mesmas condições de segurança e armazenagem. Em face desta necessidade e tendo em conta o investimento a realizar para garantir as condições atuais, a EDM deverá ponderar as várias soluções que se afiguram viáveis e cujos encargos sejam competitivos, sendo que poderá passar pela desmobilização para um outro edifício dentro do mesmo perímetro mineiro ou para uma entidade externa, nacional ou internacional, que permita garantir as condições de segurança exigíveis e uma maior flexibilidade no seu manuseamento futuro para efeitos de venda ou cedência, no caso da cotação do urânio atingir valores interessantes para a EDM e que seja do interesse do acionista Estado Português.

No que respeita à cotação do urânio, pese embora em fins de 2014 se tenha registado um movimento ascendente das cotações, a verdade é que em 2015 essa tendência não se verificou tendo os preços de mercado ao longo de 2015 estabilizado num preço que ronda entre os 35,00 e os 39,00USD/lb, como se pode ver no gráfico em baixo que apresenta a evolução ao longo dos 10 últimos

2015
Jug

anos. A EDM tem continuado a receber manifestações de interesse, para aquisição ou guarda do referido *stock*, por parte de uma empresa credenciada na AIEA.

Dado o enquadramento da transferência do *stock* para a EDM, bem como das condições de mercado atuais, foi deliberado manter a valorização do mesmo e não proceder à sua venda enquanto a conjuntura não melhorar significativamente.



3.4 Participada EDM I - Empresa de Projetos Imobiliários

A EDM I, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2015, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios, tendo sido possível concretizar a venda de 3 imóveis durante o exercício.

Tendo sido feita no final de 2014 uma avaliação dos imóveis, incluindo os loteamentos urbanos, que conduziu a um valor global de € 8. 047.302,80, valor superior aos valores de registo, que por prudência se mantiveram. Este valor de avaliação serve para aferir da possibilidade de reembolso da dívida à EDM. Esta

avaliação justificou-se pela reserva colocada na Certificação Legal de Contas relativa às contas da EDM do exercício de 2013.

Os resultados da empresa foram penalizados pela dívida de um inquilino com ação de despejo em tribunal, o que justificou a contabilização de imparidade.

Relativamente às contas do exercício de 2015, destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€6.385.362,43), Resultados Líquidos negativos (€-2.689,75), Capital Próprio (€900.962,91). O valor do Passivo (€5.484.399,52) engloba o valor da dívida à EDM (€5.468.435,45), resultante da venda de imóveis e de suprimentos, que no ano em apreço se reduziu em €247.373,26.

h
RA
W

h RA
JY

IV. RECURSOS HUMANOS

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2015 foi de 19, dos quais 3 com contrato a termo. Em 2015 não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias.

Foram aplicadas as reduções salariais decorrentes da Lei nº nº 75/2014, de 12 de setembro, com a reversão de 20% a partir de 1 de janeiro de 2015, e as disposições da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2015) bem como das outras medidas sobre congelamento de promoções e progressões; contenção das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções.

Manteve-se em 2015 o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos.

Foi preocupação da empresa o desenvolvimento da formação profissional contínua dos seus colaboradores designadamente nas áreas técnicas.



V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2015 foram os seguintes:

- Distribuição de resultados líquidos ao acionista, no montante de € 269.517,78, efetuada em maio de 2015, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 15 de abril de 2015;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de **€12.121.535,41**;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de **€820.464,24**;
- Recebimento do montante de **€3.091.225** do QREN, correspondente à participação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos de recuperação ambiental;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de **€155.864,27**, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de **€ 554.698,96**;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de **€917.948,54** relativo à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de **€592.289,71**, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (**€142.598,48**), conservação e reparação (**€93.620,79**), vigilância e segurança (**€61.750,44**), de energia e fluidos (**€58.069,36**) e rendas e alugueres (**€60.064,83**);
- Gastos com pessoal, no montante de **€1.135.055,58**, que incluem as remunerações e encargos sociais dos membros dos órgãos sociais no montante de **€ 281.907,16** e as remunerações e encargos sociais do pessoal

no montante de € **706.260,70**; o valor registado é superior ao valor de 2014 em consequência, principalmente, da reversão de 20% da redução remuneratórias;

- Outros rendimentos e ganhos, no montante de €**1.268.266,30** que compreendem rendimentos suplementares de €**41.430,28**, outros proveitos de €**136.822,92** e outros rendimentos em ativos financeiros de € 1.080.000,00 relativo à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada na subconta 7868 - Rendimentos e outros ganhos, por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010;
- Outros Gastos e Perdas no montante de €**343.364,57** dos quais €**4.627,16** relativos a impostos e taxas, €**2.689,75** a perdas em associadas, €**336.047,66** a outros que inclui os gastos no projeto Jales;
- Reversão de provisões no montante de €**416.859,00**, devido ao facto da empresa ter sido absolvida finalmente pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 1ª Seção, proferido em 8 de outubro de 2015, no processo 208/8 relativo a acidente com caçador ocorrido no final de 2004, processo que correu termos no Tribunal de Pinhel e na Relação de Coimbra, tendo tido vários avanços e recuos ao longo desta década;
- Gastos de amortizações, no montante de €**47.803,42**;
- Juros e rendimentos similares obtidos de €**231.576,37** relativos a rendimentos de aplicações financeiras feitas no IGCP;
- Juros e gastos similares suportados de €**13,70**;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de €**142.573,48** relativo a IRC, tributação autónoma e derrama;
- Ativo não corrente, no valor de €**14.392.683,53**, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€**5.468.435,45**) e investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€**2.883.776,87**);
- Ativo corrente no montante de €**48.913.349,77**;

Q PA
W

- Passivo não corrente de **€1.352.326,34**, dos quais **€1.231.826,65** relativos a provisões;
- Passivo corrente de **€8.996.883,53** dos quais **€7.280.493,20** respeitam a contas a pagar que se referem quase exclusivamente a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2015 é de **€63.306.033,30** e o Capital Próprio de **€54.309.149,77**.



VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista da sociedade EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., não definiu os objetivos gerais de gestão ou as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade que iniciou o mandato em 19 de julho de 2013.

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais: uma de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão; e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista. A empresa presta ainda serviços especializados nos domínios dos geo-recursos e do ambiente.

Assim foram prosseguidos os objetivos anteriormente definidos.

Objetivos Gerais

- Otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.
- Contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico.
- Recuperar e valorizar, na vertente ambiental, as antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, bem como monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio, de molde a cumprir as normas internacionais que regulam o setor.



Embora não tendo sido celebrados contratos de gestão nem objetivos quantificados como referido atrás a apreciação da atividade desenvolvida em 2015 permite concluir, pelas candidaturas apresentadas aos Programas Comunitários e pelo volume de investimentos realizado e em curso face aos meios disponibilizados para o efeito pelo Concedente, e às condicionantes colocadas na aprovação do Plano de Atividades para 2015, que os objetivos foram alcançados.

Para além dos aspetos relacionados com os **princípios orientadores de gestão** que a empresa tem vindo a implementar e **das orientações gerais do setor** que o CA tem tido em consideração nas ações e atividades desenvolvidas, as **orientações específicas transmitidas** ao Conselho de Administração contemplam duas dimensões:

- Uma associada à recuperação e valorização na vertente ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, envolvendo a monitorização e controle de efluentes em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir com as normas internacionais;
- Outra orientada para contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e a criação de valor para o acionista.

A atividade descrita neste Relatório e Contas comprova que a EDM deu cumprimento de forma eficiente e relevante durante o ano de 2015 às orientações fixadas naquelas duas dimensões destacando-se:

- No que respeita à **dimensão ambiental** da atividade da EDM a empresa tem em curso, no âmbito da concessão, um volume de investimentos para 2016 na ordem dos **11,2** milhões de euros, de um total de **98.1** milhões associados a candidaturas contratualizadas e apresentadas, no âmbito do QCAIII/POVT. O programa de investimentos, no montante de 6.849.906 € relativos à 4ª fase de candidaturas em regime de *overbooking*, submetido ao POVT em dezembro de 2013 e terminado em 2015, aguarda ainda a totalidade da garantia de financiamento comunitário.

L. RAX.
FV

Ainda no domínio ambiental a EDM desenvolve outras atividades na área da segurança cujos investimentos em 2015 ascenderam a cerca de **631.869,91** de euros.

- Na vertente dos **recursos minerais** prosseguiram os trabalhos relativos às áreas de prospeção e pesquisa de Argozelo, Monte das Mesas e Escádea Grande contratualizadas em 2011, 2012, e 2014 com o Estado Português.

Acompanharam-se as atividades desenvolvidas pela Almina, SA, no âmbito do consórcio para prosseguir o estudo de avaliação da viabilidade económica do jazigo do Gavião e análise dos cenários de atuação identificados para a continuidade da parceria e viabilização da exploração do referido jazigo, em face da proposta de aquisição da Almina sobre os respetivos direitos de exploração da EDM e mantiveram-se os contactos com a Somincor no que se refere ao acompanhamento projeto Semblana. Sublinhe-se, também neste domínio, o desenvolvimento de ações no âmbito da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, nomeadamente através de ações de promoção e divulgação do potencial nacional com o intuito de alavancar este setor, de grande importância quer a nível nacional quer comunitário, tendo em consideração o elevado potencial geológico-mineiro do país.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2015 não foi feita a atualização salarial anual dos trabalhadores da EDM em consequência das disposições para o setor empresarial do Estado constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2015 tendo sido aplicadas as reduções remuneratórias estabelecidas na Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, com a reversão de 20%.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2015 aos membros do Conselho de Administração.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos.

Gestão do Risco Financeiro

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 86%. Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Encargos Financeiros (€)	3.965,1	2.351,81	838,2	113,0	13,70
Taxa Média de Financiamento (%)	4%	4%	4%	4%	n.a.

Passivo Remunerado (€)	2014	2015	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	0	0	-	-
...dos quais concedidos pela DGTF	0	0	-	-
Aumentos de Capital por dotação	0	0	-	-
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	-	-
Endividamento Ajustado	0	0	-	-

Gestão de Risco Financeiro – Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva Diversificação de instrumentos de financiamento Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis Diversificação de entidades credoras Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			N.A. N.A. N.A. N.A.	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação Minimização da prestação de garantias reais Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			N.A. N.A. N.A. N.A.	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			N.A. N.A. N.A.	
Inclusão nos R&C Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	S S		N.A.	

Legenda:

FC – Fundos comunitários

CP – Capital próprio

S – Sim

N – Não

N.A. – Não Aplicável

✓ RAR
JY

Evolução do prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2014 e 2015 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

PMP	2015	2014	Var. absol.	Var. %
Prazo (dias)	16	25	-9	-36%

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

Não existem pagamentos em atraso.

Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2014

Relativamente às recomendações e deliberações do acionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2014, há a referir o seguinte:

- Para dar integral cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a EDM tem as suas aplicações financeiras no IGCP, onde estão concentradas as suas disponibilidades (99,99%). De referir que as contas relativas a projetos financiados com fundos comunitários estavam no

EDM
JW

sistema do POVT que faz as transferências para as contas indicadas nas candidaturas.

- b) Em face da sua pequena dimensão e por forma a fazer face aos compromissos assumidos no âmbito da concessão de recuperação ambiental atribuída pelo Estado Português, a EDM manteve o quadro de pessoal inalterado mantendo-se a existência de uma grande lacuna ao nível de técnicos superiores para responder às necessidades dos projetos em curso e dos que se preveem até 2020;
- c) O Conselho de Administração apresentou, tal como proposto pelo Acionista na Assembleia Geral de 15 de abril de 2015 uma proposta para resolução permanente do crédito existente sobre o Estado, na qualidade de Concedente, no montante de €3.311.269,53 que diz respeito a gastos não elegíveis para efeitos de projetos cofinanciados da concessão incorridos até 31 de dezembro de 2004, pela extinta EXMIN (por integração na EDM), empresa participada da EDM e à data, concessionária. Esta proposta, que até à data não teve despacho, consistia no reconhecimento daquele saldo como gastos de exercícios anteriores, no valor total de €3.311.269,53, por contrapartida de Resultados Transitados e, no que excedente, por utilização da Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental;
- d) Foi apresentado em maio um novo Relatório de Governo Societário contemplando as recomendações do Acionista na Assembleia Geral;
- e) Os dividendos, no valor de €269.517,78, foram pagos no mês de maio, conforme aprovado na sessão da Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2015. As aplicações financeiras estão concentradas no IGCP;
- f) No exercício de 2015 foi feito um esforço no sentido de reduzir os gastos com viaturas e comunicações. Foi comunicado à ESPAP, com conhecimento ao Acionista, a necessidade de substituição das viaturas mais antigas com gastos de conservação e reparação elevados. Não tendo sido obtida resposta e após o envio de uma segunda carta à ESPAP, foi decidida a aquisição de 2 viaturas novas que substituíram 2 viaturas que foram vendidas.



Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

O governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração. Os órgãos sociais são os seguintes:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único

Os órgãos sociais para o triénio 2013-2015 foram eleitos através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista em 19 de julho de 2013, tendo o Conselho sido completado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de março de 2014:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes
- Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

- Presidente – Carlos Augusto Amaro Caxaria
- Vice-Presidente – Ricardo do Amaral e Belino Pinto
- Vogal – Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

Fiscal Único

- ROC Efetivo – “RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC, representada por Joaquim Patrício da Silva
- ROC Suplente – José Carlos Nogueira Faria Matos

Atribuições do Conselho de Administração

A gestão da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, cujas funções estão definidas no artigo 13º do contrato de sociedade e no Código das Sociedades Comerciais.

EDM
JY

O Conselho é composto atualmente por 3 membros, com funções executivas:

Presidente

- Estratégia e Coordenação Gerais;
- Representação Institucional;
- EDM;
- Comunicação;
- Cumprimento de Deliberações.

Vice-Presidente

- Gestão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos;
- Gestão da Área Técnico-Ambiental e da Concessão de Minas Abandonadas;
- Gestão de “Joint-Ventures”;
- Substituição do Presidente;
- Relações Institucionais na Vertente Ambiental.

Vogal

- Gestão da Área de Valorização e Promoção de Recursos Minerais;
- Projetos de Investigação;
- Relações Institucionais na Vertente dos Recursos Minerais.

Fiscal Único

A fiscalização da sociedade está atribuída a um Fiscal Único que é Revisor Oficial de Contas.

Auditor

O auditor externo da Empresa é a BDO & Associados.

Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes.

Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

- Presidente - € 500,00 e Secretária - € 350,00, de acordo com a Deliberação Social Unânime por Escrito de 19 de julho de 2013.

Foram aplicadas as reduções remuneratórias bem com a reversão de 20% de acordo com a Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor após Reduções (4) = (1)- (2)+(3)
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500	500	50	10	460
2013-2015	Secretária	Manuela Salvador	350	350	35	7	322

Conselho de Administração

Em 19 de julho de 2013 através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista nessa data, a qual também nomeou o novo Conselho de Administração, o Acionista procedeu à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do DL n.º 71/2007, de 27/03, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18/01, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), da RCM n.º 16/2012, de 9/02, e da RCM n.º 36/2012, de 15/03, como se segue:

Presidente

Valor mensal ilíquido: € 4.578,20, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.831,28, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente

Valor mensal ilíquido: € 4.120,38, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.648,15, pago 12 vezes por ano;

Vogal

Valor mensal ilíquido: € 3.662,56, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.465,02, pago 12 vezes por ano.

Estes valores são ilíquidos, sendo-lhes aplicáveis as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. A Lei do Orçamento de Estado de 2014 estabeleceu reduções remuneratórias de 12% para remunerações mensais acima de €2.000,00. O Acórdão nº413/2014 do Tribunal Constitucional veio suspender as reduções estabelecidas no OE, tendo posteriormente com a publicação da Lei nº75/2014, de 12 de setembro sido repostas as reduções de 10% para valores mensais iguais ou superiores a €4.165,00. Em 2015 foi feita a reversão de 20% das reduções remuneratórias.

Assim evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações mensais, em euros, processadas em 2015 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor.

	Vencimento	Despesas representação	Total
Presidente	4.001,35	1.600,54	5.601,89
Vice-Presidente	3.601,21	1.440,48	5.041,69
Vogal	3.201,08	1.280,43	4.481,51

(*) Valores reduzidos de acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2015 aos membros do Conselho de Administração conforme disposto no artigo 41º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Fiscal Único/ROC

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
(Início - Fim)		Nome	Número	Registo CMVM	Forma (1)	Data	
2013-2015	Efetivo	RSM- Patrício, Moreira, Valente, Associados, representada por Patrício da Silva	320	20160076	DUE	19.07.2013	2
2013-2015	Suplente	José N. Faria Matos	1034	20160648	DUE	19.07.2013	n.a.

Nota: A SROC, RSM- Patrício, Moreira, Valente, Associados tem o número de registo na CMVM - 20161380

Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2015	2014
Remuneração Anual (€)	16.440,00	16.440,00

Os quadros seguintes apresentam a informação anterior conforme orientações da DGTF.

Apêndice 1

Mesa da Assembleia Geral

Em 2015 foram pagos aos membros da Mesa os seguintes valores de senhas de presença:

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor após Reduções (4) = (1)-(2)+(3)
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500	500	50	10	460
2013-2015	Secretária	Manuela Salvador	350	350	35	7	322

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do mandato em curso foram nomeados através de deliberações do Acionista como se segue:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora(O/D)
2013-2015	Presidente	Carlos A Caxaria	DUE	19.07.2013	-	-
2013-2015	Vice-Presidente	Ricardo A Pinto	DUE	19.07.2013	-	-
2013-2015	Vogal	Jorge F Carvalho	DUE	27.03.2014	-	-

Legenda: (1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)
Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Como referido anteriormente os membros do Conselho de Administração da EDM exercem também, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDM sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[Identificar]	[Identificar]	[Público / Privado]
Carlos A Caxaria	EDMI	Presidente CA	Público/Participada sem remuneração
Ricardo A Pinto	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração
Jorge F Carvalho	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração

Os valores das remunerações de acordo com o estatuto do Gestor Público são as seguintes:

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Carlos A Caxaria	S	C	4.578,20	1.831,28
Ricardo A Pinto	S	C	4.120,38	1.648,15
Jorge F Carvalho	S	C	3.662,56	1.465,02

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Os valores de remuneração anual processados em 2015 e os outros benefícios

R
R
J

sociais foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)						
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória	Valor final (4) = (1)-(2)+(3)
Carlos A Caxaria	n.a.	86.070,16	86.070	12.480	1635	75.225
Ricardo A Pinto	n.a.	77.463,12	77.463	11.232	1.472	67.703
Jorge F Carvalho	n.a.	68.856,08	68.856	9.984	1.308	60.180

Nota:

Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Carlos A Caxaria	15	3.480	SS	18.477	1.555	a)	Acidentes pessoais	273
Ricardo A Pinto	15	3.540	SS	16.699	3.110	a)	Acidentes pessoais	273
Jorge F Carvalho	15	3.300	CGA	14.861	3.110	726	Acidentes pessoais	273

a) A aguardar decisão da seguradora

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carlos A Caxaria		950	
Ricardo A Pinto		1.220	
Jorge F Carvalho		611	

2015

17

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
Carlos A Caxaria		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011	0	0	0
Ricardo A Pinto		N	35.023	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0
Jorge F Carvalho		N	28.923	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Membro do CA	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Carlos A Caxaria		3.864	964	7.197	1.203	
Ricardo A Pinto		3.206	944	2.819	872	
Jorge F Carvalho		3.096	881	2.667	701	

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Carlos A Caxaria	2.928,85		750,48			3.679,33
Ricardo A Pinto	1.122,01		625,40			1.747,41
Jorge F Carvalho	957,41		1.000,64			1.958,05

a) O valor indicado em deslocações inclui alojamento

b) Custos com deslocações no âmbito da Promoção do Potencial Geológico Nacional e Cooperação com o Exterior são enquadrados ao abrigo do Protocolo de Cooperação com a DGEG.

Órgão de Fiscalização Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Contratada	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Registo CMVM	Forma (1)	Data		
2013-2015	Efetivo	RSM – representada por Patrício da Silva	320	20160076	DUE	19.07.2013	12.360	2
2013-2015	Suplente	N. Faria Matos	1034	20160648	DUE	19.07.2013	-	n.a.

Nota: A SROC, RSM- Patrício, Moreira, Valente, Associados tem o número de registo na CMVM - 20161380

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
RSM representada por Patrício da Silva	12.360			12.360
	12.360			12.360

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2015 (€)			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
BDO e Associados SROC	29	1122			16.440	-	-	16.440
					16.440			16.440

Restantes trabalhadores

Aos trabalhadores foram aplicadas as reduções remuneratórias estabelecidas na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro com a reversão de 20% da redução a partir de 1 de janeiro de 2015.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos.

R
jy

Suspensão do pagamento de complemento de pensões

De acordo com o nº 3 do artigo 78º da Lei nº 82-B/2014, Orçamento de Estado para 2015, é suspenso o pagamento dos complementos de pensões nas empresas do setor público empresarial que tenham tido resultados líquidos negativos nos últimos três exercícios (2014, 2013 e 2012). Esta disposição não teve aplicabilidade na EDM uma vez que os resultados líquidos foram positivos.

Aplicação do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

Aplicação do nº 2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 133/2013

Não existem despesas não documentadas.

Relatório sobre remunerações nos termos do nº 2 da RCM nº 18/2014

Foi elaborado o relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres, o qual se encontra divulgado no sítio da EDM na internet (www.edm.pt).

Orientações relativas a normas de contratação pública

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDMI segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

R-PA
107

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov.

Não se celebraram atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

Elaboração do Relatório anual de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção da Corrupção

Foi elaborado o relatório de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2015, não se tendo registado quaisquer ocorrências nesta matéria. Este relatório já se encontra publicitado no site da empresa, www.edm.pt.

Medidas tomadas ao nível de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, tendo estabelecido um contrato de adesão com a ESPAP. Em 2015, a EDM aderiu especificamente ao Acordo Quadro de Combustíveis e de Eletricidade da ESPAP sendo que em sequência foi celebrado contrato para o fornecimento de serviços de eletricidade e de abastecimento de combustíveis ao abrigo de concursos efetuados pela ESPAP. Já no início do corrente ano a EDM aderiu a procedimentos de contratação pública via secretaria geral do Ministério da Economia, no âmbito de acordos quadro estabelecidos pela ESPAP.

Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel

Em 2015, e após comunicação à ESPAP e ao Acionista, foram adquiridos dois veículos para substituição de outras duas viaturas, que pelos anos de uso e

quilometragem já registavam gastos de manutenção elevados e foram vendidas. Esta necessidade de substituição de viaturas já havia sido colocada na apreciação do orçamento para 2015. Assim nos anos de 2014 e 2015 foram vendidas 3 viaturas e adquiridas 2. As viaturas são usadas nas deslocações em serviço aos locais onde a empresa desenvolve projetos de recuperação ambiental, projetos de prospeção, intervenções a nível de segurança e onde tem património, locais que se encontram dispersos por todo o território. A substituição das viaturas acabou por ocorrer no 2º semestre pelo que a redução de encargos com conservação e reparação terá maior expressão em 2016.

Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais

A EDM tem, nos últimos anos, vindo a reduzir os gastos operacionais. Relativamente a 2015 a previsão de gastos em Fornecimentos e serviços externos era de €606.320, na sequência de apreciação feita pela UTAM, e o valor real foi de **€592.289,71** refletindo a maior eficiência e racionalização na sua atividade, enquanto que na rubrica de gastos de pessoal foi previsto o montante de € 1.200.249 e o valor real registado foi de **€1.135.055,58**.

- **Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações**

A empresa tem procurado nos últimos anos otimizar os gastos em comunicações considerados operacionais dada a dispersão de locais onde tem operações e desenvolve projetos. Nesta matéria foi racionalizado o sistema de comunicações que nesta fase se considera estabilizado.

- **Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações**

As ajudas de custo são uma componente dos gastos com pessoal daí que no mapa que se segue, o valor de gastos com pessoal está deduzido do valor das ajudas de custo para que não haja duplicação. A empresa tem vindo a racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e a imputação a projetos.

PRC	Meta	2015 Exec.	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
								2015/2014		2015/2010	
CMVMC											
FSE		593	561	624	520	581	788	32	5,7%	-195	-24,7%
Gastos com o pessoal		1.135	1.126	1.139	1.003	1.126	1.383	9	0,8%	-248	-17,9%
Gastos Operacionais		1.728	1.687	1.763	1.523	1.707	2.171	41	2,4%	-443	-20,4%
Volume de negócios		1.997	1.897	1.953	1.864	2.019	2.282	100	5,3%	-285	-12,5%
Peso dos Gastos/VN		0,87	0,89	0,90	0,82	0,85	0,95				
Lei OE 2015 – Artº61 nº3											
Comunicações (FSE)	em linha com 2014	36	38	36	37	46	54	-2	-5,3%	-18	-33,3%
Deslocações/Estadas (FSE)	em linha com 2014	10	10	12	17	19	30	0	0,0%	-20	-66,7%
Ajudas de custo (Gastos com Pessoal)	em linha com 2014	5	8	5	4	4	3	-3	37,5%	2	66,7%
Número Trabalhadores		22	22	21	22	23	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
N.º Efetivos		19	19	19	19	20	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção		3	3	2	3	3	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
N.º Trabalhadores/Cargos Direção		6,3	6,3	9,5	6,3	6,7					
Viaturas											
N.º de viaturas	menor que 2014	7	7	8	n.a	n.a	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	menor que 2014	35	35	39	n.a	n.a	n.a	0	0,0%	n.a	n.a

Nota: Volume de negócios- Vendas e prestação serviços +Trabalhos Própria Entidade+ Rendimento da remuneração de capital afeto à concessão

• Da redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A EDM tem uma dimensão pequena e apenas uma direção para fazer face aos compromissos no âmbito da concessão de recuperação ambiental atribuída pelo Estado Português. O Conselho de Administração foi nomeado em 19 de julho de 2013 com 2 membros, tendo sido nomeado o terceiro em 27 de março de 2014. Nos valores de gastos com pessoal também estão considerados os valores relativos à função de Fiscal Único.

LPA
jw

Importa referir que entre 2010 e o final de 2015 registaram-se 15 saídas e 12 entradas, incluindo os movimentos ao nível de Conselho de Administração. Excluindo o CA, no mesmo período saíram da empresa 1 administrativo e 8 técnicos superiores e só foram admitidos 5 técnicos superiores, e daí a existência de uma grande lacuna ao nível de técnicos superiores para responder às necessidades dos projetos em curso e dos que se preveem até 2020, o que poderá comprometer a concretização do programa de reabilitação ambiental de minas abandonadas e a capacidade de utilizarmos as verbas comunitárias postas à disposição da EDM para esse efeito.

Princípio da unidade de tesouraria

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria. A EDM tem as suas aplicações financeiras no IGCP, onde estão concentradas as suas disponibilidades (99,99%). De referir que as contas relativas a projetos financiados com fundos comunitários encontram-se no sistema do POVT que faz as transferências para as contas dos projetos indicadas nas candidaturas.

Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.

h
PAT
jw

Explicitação da divulgação da informação prevista na RCM nº 49/2007

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2015	
Caracterização da Empresa	S	2015	
Função de tutela e acionista	S	2015	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2015	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2015	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais		2015	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2015	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2015	
Esforço Financeiro Público	S	2015	
Ficha Síntese	S	2015	
Informação Financeira histórica e atual	S	2015	
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2015	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2015	
- Outras transações	S	2015	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2015	
Económico	S	2015	
Social	S	2015	
Ambiental	S	2015	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2015	

Deveres especiais de informação

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento,



relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Durante 2015 e face à aprovação genérica mas com limitações do Plano de Atividades para 2015 foram solicitadas ao Acionista as autorizações específicas conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral de 15 de abril de 2015. Foi também pedido um esclarecimento sobre o âmbito do despacho de aprovação do referido Plano.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e orçamentos, fluxos de caixa mensais, previsão mensal de tesouraria ajustada, gastos gerais mensais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet a informação referida anteriormente.

Cumprimentos das obrigações legais – Quadro síntese (Apêndice 2)

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas de 2015, apresenta-se de seguida, o quadro síntese:

Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento S/N/N. A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			
Objetivo 1 ^(a)	N.A.		Não estão definidos
Gestão do Risco Financeiro	S		
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-100%	
Evolução do PMP a fornecedores	S	De 25 dias em 2014 para 16 dias em 2015	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		Não há atrasos
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação 1 - Cumprimento da Unidade de Tesouraria	S	99,99%	
Recomendação 2 – Cumprimento orientações gastos comunicações e viaturas	S		
Recomendação 3 – Prosseguir adequação de quadro de pessoal-artº60 Lei OE	S	Manteve o quadro de pessoal	
Recomendação 4- Proposta resolução de crédito	S		
Recomendação 5- Apresentação nova versão relatório Governo Societário	S		
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	S	0	
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2015	S	€ 29.281	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 82-B/2014		na	
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2015	S	€ 47.228	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014	S	0	
Artigo 32º do EGP			
Utilização de cartões de crédito	S	n.a.	Não existem cartões
Reembolso de despesas de representação pessoal	S	n.a.	Não existem.
Despesas não documentadas – nº 2 art.16º DL 133/2013	S	Não existem	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens			
Elaboração e Divulgação do relatório de remunerações	S	2016 / www.edm.pt/images/reldshm2016.pdf	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	3 contratos: M€2,568; M€1,074 ; M€1,823	
Prevenção da Corrupção – nº1 do artigo 46º do DL nº133/2013			
Elaboração e Divulgação do relatório anual		www.edm.pt/images/relpprcic2015.pdf	
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)			
Recomendação 1	N.A.		
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	7	
Gastos com Viaturas	S	m€35	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei nº 82-B/2014)	S	quadro Anexo 1	Varição de 2,4% -reversão de redução remuneratória
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 82-B/2014)			
Nº de trabalhadores	S	0	Manutenção nº trabalhadores
Volume de negócios/Nº trabalhadores	S	€4545,00 e +5%	
Nº de cargos dirigentes	N.A.	0	CA com 3 membros
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)			
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	S	99,99%	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		

Grelha de validação - Boas práticas de Governo Societário

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X		X		2	
II	Missão, Objetivos e Políticas	X		X		3	
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		8	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		10	
III	Estrutura de Capital					11	
1.	Estrutura de capital	X		X		11	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		12	
3.	Acordos parassociais.	X		X		12	
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas					13	
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		13	
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		13	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		14	
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		14	
V	Órgãos Sociais e Comissões					15	
A.	Mesa da Assembleia Geral					15	
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		15	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		16	



PAF
Jury

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	legais.						
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		36	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		36	
E.	Auditor Externo					37	
1.	Identificação.	X		X		37	
2.	Política e periodicidade da rotação.	X		X		37	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		38	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		38	
VI.	Organização Interna					39	
A.	Estatutos e Comunicações					39	
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		39	
2.	Meios e políticas de comunicação de irregularidades.	X		X		39	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		40	
B.	Controlo interno e gestão de riscos					41	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		41	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		42	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		42	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		43	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		43	
6.	Identificação e descrição principais tipos de riscos.	X		X		43	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		44	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		45	
C.	Regulamentos e Códigos					46	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		46	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		46	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações	X		X		48	

R
 RA
 Juy

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	Conexas.						
D	Deveres especiais de informação	X		X		49	
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação	X		X		49	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X		51	
E	Sítio de Internet					51	
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		51	
F	Prestação de serviço público	X		X		53	
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública	X		X		53	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista	X		X		53	
VII	Remunerações					55	
A.	Competência para a Determinação					55	
1.	Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais.	X		X		55	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesse	X		X		56	
3.	Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração	X		X		56	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações					57	
	Composição.	X		X		57	Não aplicável
C.	Estrutura das Remunerações					57	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		57	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		59	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		59	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		60	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prêmio.	X		X		60	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		60	
D.	Divulgação das Remunerações					60	
1.	Indicação do montante anual	X		X		60	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	da remuneração auferida.						
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		61	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		61	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		61	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		62	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		62	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras					62	
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		62	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		62	
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental					64	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		64	
2.	Políticas prosseguidas.					67	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade oportunidades d) Igualdade género e) Recursos humanos f) Responsabilidade económica.	X		X	X	69	
X	Avaliação do Governo Societário					73	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		73	
2.	Outras informações	X		X		77	
XI	Anexos do RGS	X		X		78	

VII. PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade a prosseguir pela EDM e tal como consta do Plano de Atividades para 2016 oportunamente apresentado ao Acionista, traduz-se no prosseguimento, a par da atual da vertente de **recuperação ambiental** das antigas minas, no prosseguimento da nova área estratégica da EDM centrada na vertente dos **Recursos Minerais** reativada em 2010 de forma mais consolidada, com o objetivo de colocar a EDM a participar de forma efetiva e consistente em projetos de prospeção e pesquisa e de exploração.

Neste contexto a estratégia a desenvolver visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Continuar a intervenção que vem sendo realizada na vertente técnico-ambiental, por forma a finalizar a recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas identificadas ao abrigo do contrato de concessão com o Estado Português no horizonte 2014-2020, desenvolvendo os esforços necessários no sentido de continuar a garantir a sustentabilidade desta atividade, condicionada aos meios postos à disposição da EDM para esse efeito pela tutela;
- Continuar as ações de valorização do potencial do território nacional ao nível de recursos minerais no sentido de promover esse potencial, dinamizar o setor e atrair investimento;
- Reforçar as ações que visem a internacionalização dos serviços técnicos da EDM quer ao nível da atividade Técnico-Ambiental, quer ao nível da vertente dos recursos minerais;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas;

As linhas de desenvolvimento a adotar que materializam a estratégia referida, inserem-se no âmbito da missão da empresa que, recorde-se, contempla duas dimensões: uma associada à recuperação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas incluindo a monitorização e controle dos efluentes, em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir as normas

RA
JY

internacionais que regulam o setor; e outra orientada para a maximização do conhecimento dos recursos minerais do País, e para a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e criar valor para o acionista.

O reforço da linha de desenvolvimento na área dos recursos minerais enquadra-se nas orientações recentes sobre o setor dos Recursos Geológicos que constam da RCM nº 78/2012 de 11 de setembro, que aprova uma “Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos” (ENRG-RM), com o horizonte de 2020, com especial enfoque na área dos minérios metálicos, por ser o segmento com maior valor acrescentado, a qual constitui o referencial para todas as intervenções públicas que incidem sobre os recursos geológicos.

No quadro dos objetivos e contexto atrás referidos e agrupadas pelas 3 principais áreas de atuação da empresa, é de prever a manutenção das seguintes linhas de desenvolvimento da atividade da EDM, no horizonte 2016-2018:

– No domínio técnico-ambiental:

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Intensificar e alargar as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras abandonadas, de acordo com o plano estabelecido com a DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Gestão integrada dos processos de manutenção e monitorização das áreas mineiras já recuperadas;
- Acompanhar iniciativas de parcerias a nível nacional e internacional;
- Garantir a valorização e sustentabilidade económica na gestão futura das áreas recuperadas, por via do envolvimento efetivo de entidades e associações locais;

EDM
jij

- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, numa ótica de exportação de serviços com enfoque especial para a prestação de serviços ao abrigo de candidaturas a projetos financiados pelo Banco Mundial.
- No domínio dos Recursos Minerais:
 - Promover o reforço da intervenção no aumento do conhecimento do potencial geológico nacional, na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
 - Desenvolver iniciativas na fase de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
 - Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização que venham a estar disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
 - Promoção de programas de formação especializada para a Indústria Extrativa;
 - Participar em ações de divulgação e promoção do património geológico-mineiro nacional;
 - Dinamizar iniciativas empresariais no exterior, com prioridade para projetos de prospeção e pesquisa e de valorização económica nos países da CPLP.
 - Promoção do Aproveitamento Integral dos Recursos e Reciclagem;

À EDM que desenvolve a sua atividade no setor mineiro, cabe um papel fundamental na persecução dos objetivos definidos através de uma atuação



transversal em todos os eixos de atuação que constam da referida ENRG-RM e cujas orientações gerais, relevantes para o caso específico da EDM, se sublinham os seguintes eixos:

Eixo B – Desenvolvimento do conhecimento e valorização do potencial nacional:

Eixo C – Divulgação e promoção do potencial nacional:

Eixo D – Sustentabilidade económica, social, ambiental e territorial:

– No domínio da estrutura e da organização da empresa:

- Melhorar a organização reforçando as competências técnicas e as "melhores práticas" de gestão;
- Identificar, desenvolver e implementar metodologias que permitam a otimização e simplificação do processo de gestão de projetos;
- Otimizar a gestão dos ativos;
- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

O volume de investimentos previsto efetuar pela EDM no ano de 2016 ascende a 13.668.400 euros, repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Técnico-ambiental – 11.222.000 euros
- Recursos minerais – 2.446.400 euros

As fontes de financiamento previstas para a execução deste plano de investimentos de 2016 e respetivas contribuições são as seguintes:

- Fundos comunitários – 8.366.900 euros
- Fundos nacionais Despacho SEAI n.º 88/2008 e outros – 2.138.000 euros
- Protocolo com a DGGE – 1.725.000 euros
- Meios Próprios – 1.438.500 euros

Registe-se o facto de alguns projetos na vertente dos Recursos Minerais estarem associados a consórcios que envolvem participações dos parceiros

RAP
fij

envolvidos no valor estimado de 14.422.000 euros e nessa medida, o investimento induzido pela atividade global nesse campo será elevado a €16.868.000. Os investimentos estão equacionados numa perspetiva da sua minimização, imprescindibilidade e otimização do financiamento comunitário, refletindo uma estratégia de sustentabilidade quer no domínio ambiental e social (Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas) quer no domínio económico (Valorização dos Recursos Geológicos).

Neste enquadramento prevê-se que a EDM mantenha o seu posicionamento no domínio técnico-ambiental e na atuação na área dos recursos minerais, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.



VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos e considerando o elevado esforço financeiro necessário para fazer face ao Programa de Investimentos de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas, em especial das antigas minas de urânio da ex-ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA, e tendo subjacente orientações do Governo no sentido da EDM proceder à afetação a esta atividade, por conta do Estado, de parte dos seus meios financeiros, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de **€ 554.698,96 (quinhentos e cinquenta e quatro mil seiscientos e noventa e oito euros e noventa e seis cêntimos)**, tenha a seguinte aplicação:

- **€277.349,48** (duzentos e setenta e sete mil trezentos e quarenta e nove euros e quarenta e oito cêntimos) para dividendos;
- **€277.349,48** (duzentos e setenta e sete mil trezentos e quarenta e nove euros e quarenta e oito cêntimos) seja transferido para a “Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental”.

IX. AGRADECIMENTOS

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, em particular a DGEG, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2015, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho. Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 3 de março de 2016

O Conselho de Administração

Carlos Augusto Amaro Caxaria, Presidente

Ricardo do Amaral e Belino Pinto, Vice-Presidente

Jorge Manuel Ferreira de Carvalho, Vogal

RP
N
CP

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

- **Balanço**
- **Demonstração dos Resultados por Naturezas**
- **Demonstração de Resultados por Funções**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações ao Capital Próprio**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

BALANÇO

Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	822.436,14	804.228,84
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7	2.883.776,87	4.505.859,64
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	900.962,91	903.652,66
Participações financeiras - outros métodos	8	656.017,74	655.277,34
Acionistas/sócios	9	5.468.435,45	5.715.808,71
Outros activos financeiros	10	3.419.171,03	3.424.553,23
Ativos por impostos diferidos	11	241.883,39	320.384,28
		14.392.683,53	16.329.764,70
Activo corrente			
Inventários	12	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	13	63.625,48	34.183,55
Adiantamento a fornecedores		432,72	2.199,01
Estado e outros entes públicos	14	0,00	0,00
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber	15	6.283.739,74	2.288.453,82
Diferimentos	16	70.635,76	54.768,20
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17	28.763.731,07	38.351.780,93
		48.913.349,77	54.462.570,51
Total do activo		63.306.033,30	70.792.335,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	18	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	20	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	21	2.797.140,63	2.527.622,85
Resultados transitados	22	1.564.230,58	1.642.731,47
Ajustamentos em activos financeiros	23	-499.512,95	-499.512,95
Excedente de revalorização	24	161.407,55	161.407,55
Outras variações no capital próprio			
		53.754.450,81	53.563.433,92
Resultado líquido do período		554.698,96	539.035,56
		54.309.149,77	54.102.469,48
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		54.309.149,77	54.102.469,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	1.231.826,65	1.804.549,92
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	27	120.499,69	120.499,69
		1.352.326,34	1.925.049,61
Passivo corrente			
Fornecedores	28	251.931,49	344.852,63
Adiantamento de clientes		2.337,00	3.198,00
Estado e outros entes públicos	14	109.163,06	255.421,41
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	27	7.280.493,20	14.160.711,86
Diferimentos	16	632,44	632,22
		7.644.557,19	14.764.816,12
Total do passivo		8.996.883,53	16.689.865,73
Total do capital próprio e do passivo		63.306.033,30	70.792.335,21

Técnico Oficial de Contas

António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo do Amaral e Belino Pinto

Carlos Augusto Amaro Caxaria

Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Euros	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	29	0,00	0,00
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade	30	917.948,54	817.732,76
Fornecimento e serviços externos	31	-592.289,71	-561.479,78
Gastos com o pessoal	32	-1.135.055,58	-1.125.830,81
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	33	-18.850,79	0,00
Provisões (aumento/reversões)	34	416.859,00	0,00
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	35	1.268.266,30	1.287.292,75
Outros gastos e perdas	36	-343.364,57	-47.587,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		513.513,19	370.127,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	-47.803,42	-50.141,11
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		465.709,77	319.986,73
Juros e rendimentos similares obtidos	38	231.576,37	370.885,27
Juros e gastos similares suportados	40	-13,70	-113,00
Resultado antes de impostos		697.272,44	690.759,00
Imposto sobre o rendimento do período	41	-142.573,48	-151.723,44
Resultado líquido do período		554.698,96	539.035,56
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		554.698,96	539.035,56
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico		0,0924	0,0898

Técnico Oficial de Contas

António Serrão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Augusto Amaro Caxaria

Ricardo do Amaral e Belino Pinto

Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES			
RUBRICAS	Notas	Euros	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	29	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
Resultado bruto		0,00	0,00
Outros rendimentos	30,34,35	2.603.073,84	2.105.025,51
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-1.793.999,50	-1.737.451,70
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos e perdas	36	-343.364,57	-47.587,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		465.709,77	319.986,73
Gastos de financiamento (líquidos)	38	231.562,67	370.772,27
Resultado antes de impostos		697.272,44	690.759,00
Imposto sobre o rendimento do período	41	-142.573,48	-151.723,44
Resultado líquido do período		554.698,96	539.035,56
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		554.698,96	539.035,56
Interesses minoritários		554.698,96	539.035,56

Técnico Oficial de Contas

António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Augusto Amaro Caxaria

Ricardo do Amaral Belino Pinto

Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

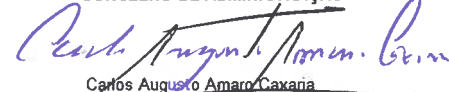
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
		Euros	
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2015	2014
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		33 897,49	29 483,30
Pagamentos a fornecedores		-608 777,34	-532 418,76
Pagamentos ao pessoal		-1 113 957,41	-1 082 080,51
Caixa gerada pelas operações		-1 688 837,26	-1 585 015,97
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-202 394,62	-49 632,57
Outros recebimentos/pagamentos		-2 054 403,82	-370 433,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-3 945 635,70	-2 005 081,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-62 739,71	-9 622,72
Activos intangíveis		-11 199 687,69	-6 004 177,66
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			0,00
Activos intangíveis		5 288 247,20	5 018 728,66
Outros ativos		235 000,00	102 719,33
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		308 337,50	362 193,87
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-5 430 842,70	-530 158,52
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,00	-112,93
Dividendos	5	-211 571,46	-215 198,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	-9 639,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(3)		-211 571,46	-224 950,74
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-9 588 049,86	-2 760 190,92
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		38 351 780,93	41 111 971,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período		28 763 731,07	38 351 780,93

Técnico Oficial de Contas



António Serrão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral Belino Pinto



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

2014

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transf. em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
1		30 000 000		13 731 185		6 000 000	2 312 424	-117 151	1 843 213		547 548	53 817 706		53 817 706
ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
2														
3														
4=2+3														
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realização de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações														
5														
6=1+2+3+5		30 000 000	0	13 731 185	0	6 000 000	2 527 622	1 642 731	161 408	0	539 036	54 102 469	0	54 102 469
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014														

2015

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transf. em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
1		30 000 000		13 731 185		6 000 000	2 527 622	1 642 731	161 408		539 036	54 102 469		54 102 469
ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
2														
3														
4=2+3														
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realização de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações														
5														
6=1+2+3+5		30 000 000	0	13 731 185	0	6 000 000	2 797 140	1 564 230	161 408	0	554 699	54 309 149	0	54 309 149
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015														

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015**1. IDENTIFICAÇÃO**

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2011, de 6 de julho – encontramos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em

vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação o previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no novo normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

PA
L
@
M

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de

reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa participada está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

Inventários

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM. Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base

nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

A empresa passou a reconhecer no exercício de 2012, como outros investimentos financeiros, um montante de 600.000,00 euros, aplicado em obrigações subordinadas da Caixa Geral de Depósitos. Nos exercícios anteriores este montante estava reconhecido em Caixa e Depósitos Bancários.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos



ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Locações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado por duodécimos em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

4. Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa ocorridos em 2015 constam do quadro resumo que se segue:

	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-3.945.635,70	-2.005.081,66
Fluxos de caixa das actividades de investimento	-5.430.842,70	-530.158,52
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	-211.571,46	-224.950,74
Variação de caixa e seus equivalentes	-9.588.049,86	-2.760.190,92
Caixa e seus equivalentes no início do período	38.351.780,93	41.111.971,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	28.763.731,07	38.351.780,93

5. Partes relacionadas

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Em 2015 foram pagos dividendos no montante de €269.517,78.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de € 500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2015 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos	€ -2.689,75
Ativo líquido	€6.385.362,43
Capital próprio	€ 900.962,91

À data de 31 de dezembro de 2015 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de € 5.468.435,45.

Os membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

6. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2015, em base individual, são analisados como segue:

Ativos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.468,36		2,00			279.470,36
Edifícios outras construções	807.752,65		4.683,48			812.436,13
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	262.628,57		49.220,00	63.380,00		248.468,57
Ferramentas e utensílios	2.592,55					2.592,55
Equipamento administrativo	460.808,31		4.185,25			464.993,56
Outros ativos tangíveis	114.415,41		8.136,66			122.552,07
Ativos fixos tangíveis curso						
Total	2.082.925,85	0,00	66.227,39	63.380,00	0,00	2.085.773,24

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversão	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	425.594,16	17.101,89	0,01	442.696,06
Equipamento básico	67.088,92	13.517,66		80.606,58
Equipamento transporte	262.628,57	4.617,30	-63.380,00	203.865,87
Ferramentas e utensílios	2.592,55			2.592,55
Equipamento administrativo	408.700,09	8.483,33	-56,75	417.126,67
Outros ativos tangíveis	112.092,72	4.083,24	273,41	116.449,37
Total	1.278.697,01	47.803,42	-63.163,33	1.263.337,10

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

7. Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2015, são analisados como segue:

Activos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	2.330.631,69	12.121.535,41		-14.026.022,42	426.144,68
Projectos Protocolo	0,00	979.362,75		-979.362,75	0,00
Projecto Gavião e Outros	2.175.227,95	562.613,23		-280.208,99	2.457.632,19
Total	4.505.859,64	13.663.511,39	0,00	-15.285.594,16	2.883.776,87

8. Participações financeiras

A participação financeira na EDM I está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustam	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	903.652,66	-2.689,75			900.962,91
Titulos e outras aplic.fananc.	655.277,34		740,40		656.017,74
Total	1.558.930,00	-2.689,75	740,40	0,00	1.556.980,65

9. Acionistas

O saldo desta conta refere-se a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDM I. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDM I assegura, no essencial, a dívida à EDM.

10. Outros ativos financeiros

	2015	2014
Despacho 496/2004 SEAME-XV	3.311.269,53	3.311.269,53
IVA		
Outros devedores	107.901,50	113.283,70
Total	3.419.171,03	3.424.553,23

11. Ativos e passivos por impostos diferidos

	2015	2014
Activos por impostos diferidos	241.883,39	320.384,28
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.151.825,65	1.307.690,92
Taxa: IRC - 21%	241.883,39	300.768,91
Taxa: Derrama -		19.615,36

12. Inventários - Mercadorias

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

13. Clientes

	2015	2014
Clientes c/corrente	63.625,48	34.183,55
Total	63.625,48	34.183,55

14. Estado e outros entes públicos

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC		
IRC a pagar		40.096,64
Retenções impostos s/ rendimento		14.913,55
IVA		33.893,18
Contribuições segurança social e outros		20.259,69
Total	0,00	109.163,06

15. Outras contas a receber

	2015	2014
Juros a receber	113.344,31	183.105,44
Devedores diversos	30.715,95	12.644,48
Entidades financiadoras de projectos (a)	6.139.679,48	2.092.703,90
Devedores diversos cauções		
Total	6.283.739,74	2.288.453,82

(a) Mantêm-se por receber o montante de 1.131.169,74€ do IAPMEI relativo a despesas não elegíveis dos trabalhos efetuados no âmbito do contrato de concessão. Neste saldo está incluído também o valor de €4.316.380,65 relativo às candidaturas aprovadas em regime de overbooking.

PAR
Ljov
Q

16. Diferimentos

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 70.635,76 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de €632,44.

17. Caixa e depósitos bancários

	2015	2014
Caixa	5.000,00	5.000,00
Depósitos à ordem	1.258.731,07	2.690.502,93
Outros depósitos bancários	27.500.000,00	35.656.278,00
Total	28.763.731,07	38.351.780,93

18. Capital Social

O capital social da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

19. Outros instrumentos de capital próprio

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais

RA
jv
L
G

20. Reserva legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

21. Outras reservas

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

22. Resultados transitados

Os resultados transitados apresentam um saldo de € 1.564.230,58. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Durante o exercício de 2014, foi transferido para esta conta o montante de €1.681.804,79, resultante do saldo das contas de reservas de reavaliação em virtude dos ativos reavaliados já terem sido alienados.

23. Ajustamentos em ativos financeiros

O valor negativo de € 499.512,95 corresponde a ajustamento decorrentes do método de equivalência patrimonial.

24. Excedente de revalorização

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55. Este movimento consta no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

25. Provisões

Nesta conta encontram-se registados;

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Foram feitas em 2015 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações bem como por constituição de provisão para imparidades.

	2015
Saldo inicial a)	1.804.549,92
Regularizações	-572.723,27
Reforço	
Saldo final	1.231.826,65

- a) Inclui provisão relativa a processo com acidente, no valor de €416.859, anulada em 2015 conforme evidenciado na nota 39.

26. Financiamentos obtidos

Não existem financiamentos.

27. Outras contas a pagar

	2015	2014
Remunerações a liquidar	115.831,01	114.216,18
Outros acréscimos custos	11.361,38	4.991,76
Credores diversos	15.593,10	1.374.862,83
Verbas recebidas para investimentos a realizar	7.137.707,71	12.666.641,09
Total	7.280.493,20	14.160.711,86

28. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2015	2014
Fornecedores c/correntes	251.931,49	34.485,63
Total	251.931,49	34.485,63

29. Vendas e serviços prestados

Os serviços prestados foram para o mercado nacional.

	2015	2014
Prestação de serviços		
Total	0,00	0,00

30. Trabalhos para a própria entidade

	2015	2014
Investimento no âmbito ambiental e próprios	891.893,39	806.753,76
Projectos protocolo	26.055,15	10.979,00
Total	917.948,54	817.732,76

31. Fornecimentos e serviços externos

	2015	2014
Trabalhos especializados	142.598,48	145.524,05
Honorários	9.480,00	13.920,00
Energia e Fluidos	58.069,36	71.830,78
Vigilância e segurança	61.750,44	77.944,35
Comunicação	35.687,68	37.620,67
Outros Fornecimentos e serviços	44.422,19	35.263,33
Materiais	17.981,38	17.093,46
Rendas e Alugueres	60.064,83	58.862,53
Seguros	27.656,72	16.265,45
Deslocações e estadas	10.835,28	10.126,98
Conservação e reparação	93.620,79	48.623,87
Outros diversos	30.122,56	28.404,31
Total	592.289,71	561.479,78

32. Gastos com pessoal

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	231.532,73	226.602,11
Remunerações do pessoal	575.453,02	579.780,88
Encargos sobre remunerações	181.302,23	182.469,74
Benefícios pós emprego	56.958,68	54.178,98
Seguro acidentes de trabalho	17.059,34	14.375,02
Gastos de acção social	55.143,06	51.958,76
Outros gastos	17.606,52	16.465,32
Total	1.135.055,58	1.125.830,81

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2015 foi de 19 empregados, 3 Administradores e Fiscal Único.

33. Imparidades

	Valor bruto	Imparidade	Valor liquido
Clientes	32.988,28	18.850,79	14.137,49
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	378.675,91	378.675,91	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	784.070,00	769.932,51	14.137,49

34. Provisões

No exercício de 2015 ocorreu, devido a Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça com a absolvição da EDM, a reversão da provisão relativa ao processo que corria termos no Tribunal de Pinhel, relativo a acidente com caçador, no montante de €416.859,00.

35. Outros rendimentos e ganhos

	2015	2014
Rendimentos suplementares	41.430,28	54.029,11
Descontos obtidos	113,10	161,88
Rendimentos e ganhos restantes activos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	9.900,00	1.200,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	136.822,92	151.901,76
Total	1.268.266,30	1.287.292,75

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “*capital afeto à recuperação ambiental*”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2011 o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos.

36. Outros gastos e perdas

	2015	2014
Impostos directos	2.543,46	2.466,20
Impostos indirectos	2.000,35	1.265,69
Taxas	83,35	491,35
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	2.689,75	27.425,17
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	7.910,28
Outros (a)	336.047,66	8.028,39
Total	343.364,57	47.587,08

- (a) Inclui o valor de €280.208,99 relativo ao desreconhecimento dos gastos capitalizados no projeto de Jales/Gralheira.

37. Gastos de depreciação e amortização

Ativos tangíveis	2015	2014
Edifícios e outras construções	17.101,89	16.789,66
Equipamento básico	13.517,66	13.517,66
Equipamento de transporte	4.617,30	7.188,10
Equipamento administrativo	8.483,33	10.153,42
Outros ativos tangíveis	4.083,24	2.492,27
Total	47.803,42	50.141,11

38. Juros e outros rendimentos similares

	2015	2014
Juros obtidos	231.576,37	370.885,27
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	231.576,37	370.885,27

39. Reversões de provisões

Na sequência da absolvição, pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, da EDM no processo 208/8 que correu termos no Tribunal de Pinhel, relativamente a acidente com caçador, foi feita a reversão da provisão constituída para o efeito.

	2015	2014
Processo 208/8 Tribunal de Pinhel	416.859,00	0,00

40. Juros e gastos similares suportados

	2015	2014
Juros suportados	0,00	100,48
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	12,52
Outros	13,70	
Total	13,70	113,00

41. Imposto sobre o rendimento

	2015	2014
IRC	125.010,58	123.770,60
Tributação autónoma	17.562,90	19.880,84
Derrama		8.072,00
Total	142.573,48	151.723,44

42. Compromissos

Durante o exercício de 2015 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de € 56.958,68. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2015 a empresa tinha assumido responsabilidades por avals e garantias prestadas, como segue:

Em nome da EDM

- a) Aval prestado à CGD, referente a duas garantias bancárias prestadas à participada EDMI, a favor da Câmara Municipal de Aljustrel, no montante de €1.011.673,12, que foi reduzido para €101.167,31 em 2011. Já foi pedida a vistoria final para efeitos de libertação da garantia.

- b) Ministério da Economia nº 914/004203/282/0019 15.079,00

Em nome da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA:

Ministério da Economia	12.469,95
Ministério da Economia	12.469,95
Ministério da Economia	6.484,37
Ministério da Economia	897,84
Ministério da Economia	14.963,94
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	6.234,97
Ministério da Economia	9.975,96
Ministério da Economia	9.975,96

43. Outras divulgações – Processos em tribunal

Em janeiro de 2016 a EDM foi notificada da citação da Ação de Processo Comum nº 2476/16.5T8LSB movido pela Drillcon Ibéria S.A. contra a Almada Mining e EDM, ação com o valor de 1.166.290,64. O objeto da ação é uma dívida comercial contraída pela Almada Mining relativamente a serviços de sondagens.

44. Outras divulgações – Concessão para a recuperação ambiental

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

Em 2015 o Conselho de Administração da EDM apresentou ao Estado, na sua qualidade de Concedente, uma nova proposta de renovação do Contrato de

Concessão por um período de 7 anos. A renovação do contrato foi aprovada em Conselho de Ministros de 10 de setembro de 2015, tendo sido, em 21 de setembro de 2015 publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº81 /2015. A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7122129,87	6252421,74	2264530,24
2015	13.663.511,39	12.121.535,41	3.091.225,10

As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projetos da Concessão e as verbas do Protocolo de Cooperação entre a DGEG e a EDM estão consideradas no passivo, em outras contas a pagar, como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projetos nele contemplados (nomeadamente os projetos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2015

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Fiscal Único da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2015, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. O Fiscal Único acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da EDM, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, que inclui 5 Ênfases, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração descreve a forma como se desenvolveu a actividade ao longo do exercício e os principais factores que estiveram na origem dos resultados alcançados.
6. Foram seguidos os princípios orientadores constantes no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, extensivo ao cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado (Decreto Lei n.º 33/2013), designadamente, a observância do cumprimento das orientações relativas às remunerações previstas para 2015, e na Lei do Orçamento de Estado para 2015. Verificámos também o cumprimento das exigências constantes no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, com a apresentação do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adoptadas em 2015.

7. A actividade da EDM no decorrer do ano de 2015, caracterizou-se por um bom desempenho global, sendo de salientar:
- a continuidade das acções de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, bem como a promoção e reforço da intervenção da EDM na fase de prospecção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
 - os investimentos realizados no âmbito da concessão para a recuperação ambiental e no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em diversas áreas mineiras degradadas no valor global de 12.942.000 euros;
 - o desenvolvimento de trabalhos de prospecção e pesquisa em 3 áreas contratadas com o Estado, nomeadamente Argozelo, Monte das Mesas e Escádea Grande onde foram realizados investimentos até à data no valor global de 523.808 euros. Em 2015 foram ainda solicitados 2 novos pedidos de atribuição de áreas de prospecção e pesquisa, nomeadamente, Macedo de Cavaleiros e Rosário;
 - a assinatura, já em 2016, de um contrato de constituição de uma parceria entre a EDM e uma empresa turca, ESAN, com o objectivo de valorização de 3 áreas mineiras situadas no Alentejo, na Faixa Piritosa, através de actividades de prospecção e pesquisa que envolvem um investimento de 7,6 milhões de euros; e
 - no final de 2014, a "Almina" manifestou o seu interesse, mediante a comunicação à EDM e ao Estado Português, em adquirir os direitos da EDM sobre a concessão do projecto do Gavião, no âmbito do consórcio celebrado em 2012, entre ambas as partes. Esse interesse veio a concretizar-se em 2015, com a apresentação de uma proposta de aquisição da totalidade dos direitos de exploração do Jazigo do Gavião, estando esta para apreciação por parte da Tutela.
8. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores e situações:
- a obtenção de um resultado liquido positivo de 554.699 euros;
 - o aumento dos trabalhos para a própria empresa em cerca de 12% (100.216 euros), face a igual período de 2014, os quais apresentam o valor de 917.949 euros;
 - o aumento registado de 9.225 euros (1%) nos gastos com pessoal, derivado essencialmente da reversão de 20% das reduções remuneratórias, quando comparados com igual período de 2014;
 - o peso dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que representam cerca de 76% do total dos gastos globais;
 - a obtenção de um resultado operacional de 465.710 euros, registando um aumento relativamente ao exercício anterior no valor de 145.723 euros;
 - a redução verificada nos juros e rendimentos similares obtidos, que passaram de 370.885 euros em 2014, para 231.576 euros em 2015, em grande parte devido à redução das taxas de juros e do valor das aplicações;

- a realização de investimentos acumulados no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de 12,1 milhões de euros;
 - o recebimento acumulado no exercício do montante de 3,1 milhões de euros do QREN, referente a investimentos elegíveis dos projectos de recuperação ambiental;
 - tendo em conta os resultados obtidos no consórcio que a "EDM" tinha com a "Almada Mining", no âmbito do projecto Gralheira/Jales, cujo investimento era de 280.000 euros, foi deliberado amortizar no exercício de 2015, os investimentos registados neste projecto.
 - até finais de 2015, registam-se investimentos próprios de prospecção e pesquisa no domínio dos recursos minerais no valor de 2.457.632 euros, nomeadamente no jazigo do Gavião, Estanho/Argozelo, Monte das Mesas, Escadia Grande, São Pedro das Cabeças, Alcácer, Macedo de Cavaleiros e Rosário;
 - o grau de autonomia financeira em cerca de 85,8%, traduzindo uma estrutura de capitais estável; e
 - distribuição de dividendos ao accionista da EDM no valor de 269.518 euros.
9. Face ao exposto, e como consequência das análises desenvolvidas no decorrer do exercício, o Fiscal Único, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da Empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, e tendo presente as perspectivas da actividade que se antevêm para o ano de 2016, é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2015;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 554.698,96 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 4 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2015

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de balanço de 63.306.033 euros e um total de capital próprio de 54.309.150 euros, incluindo um resultado líquido de 554.699 euros) a Demonstração de resultados por natureza, a Demonstração de resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos, foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os seguintes pontos:
- 9.1. De acordo com o Despacho SEAME-XV n.º 496/2004, de 9 de Julho, até à definição pelo Concedente da forma como certas despesas seriam financiadas, e face à necessidade de reunião de fundos para cumprimento dos objectivos do Contrato de Concessão, a EDM disponibilizou à Ex-EXMIN, por conta do Concedente, verbas afectas a despesas suportadas até ao final de 2004, no valor de 3.311.270 euros, referentes à remuneração do capital afecto à Concessão e a investimentos efectuados, considerados gastos não elegíveis pelas entidades financiadoras, relativos a IVA e custos directos e indirectos. Na Assembleia Geral de Accionistas de 15 de Abril de 2015, foi recomendado pelo Accionista ao Conselho de Administração, que este diligencie no sentido de "ser apresentada a análise e as propostas tendentes à resolução permanente dos saldos relativos às verbas disponibilizadas até ao final de 2004 pela EDM à Ex – EXMIN". Em Outubro de 2015, o Conselho de Administração apresentou ao Accionista uma proposta, de resolução permanente do crédito existente, utilizando para esse efeito quer resultados transitados, quer parte da reserva de investimento de recuperação ambiental, a qual até à data não teve despacho, conforme referido no Relatório de Gestão e contas de 2015.



- 9.2. Conforme referido na nota 15 do anexo, encontra-se por receber desde 2009 cerca de 1.131.170 euros do IAPMEI, referente a pedidos de reembolsos de despesas não elegíveis apresentados ao IAPMEI por indicação da Secretaria de Estado da Economia e Inovação, para os quais recomendamos acompanhamento e análise de eventuais imparidades futuras a reconhecer, tendo em conta a sua antiguidade.
- 9.3. Como evidenciado no Relatório do Conselho de Administração e na nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os projectos próprios de prospecção e reconhecimento mineiro (Gavião, Prospecção Estanho/Arcozelo, Monte das Mesas, Escadia Grande, São Pedro das Cabeças, Alcácer, Macedo de Cavaleiros e Rosário) apresentam em 31 de Dezembro de 2015 o valor global de 2.457.632 euros, escriturados como activo intangível. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem investimentos no valor de 883.183 euros, registando em 2015 um acréscimo de 33.664 euros. A recuperação destes investimentos depende da sua futura viabilidade e exploração, os quais em conformidade com a NCRF 16, os projectos próprios devem ser objecto de testes periódico de imparidade.
- 9.4. Conforme divulgado nas Notas 2, 3 e 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se registados em activos intangíveis em curso, dispêndios com projectos associados à concessão no valor de 426.145 euros. Dada a especificidade da actividade da EDM os projectos realizados por conta do Concedente, Estado Português, no âmbito do Contrato de Concessão são registados transitoriamente na conta Activos Intangíveis até transferência, após pedido de reembolso, para Outros Devedores. Neste âmbito, e conforme referido na nota 15 do Anexo, encontra-se registado em "outras contas a receber" o valor de 4.316.381 euros, relativo às candidaturas aprovadas em regime de "overbooking". Estas verbas foram aprovadas e contratualizadas pela Comissão Directiva do "POVT", sendo que a sua concessão pelo Fundo de Coesão fica condicionada à disponibilidade financeira do Eixo em que a operação foi aprovada.
- 9.5. O prazo da Concessão da recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas terminava em 2015. No sentido de assegurar a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da Empresa e a definição de fontes de financiamento das suas intervenções, foi apresentada ao Concedente uma proposta de revisão do Contrato de Concessão por mais 7 anos (2016-2022), a qual foi aprovada pela RCM n.º 81/2015, de 10 de Setembro de 2015.

Lisboa, 4 de Março de 2016

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, (adiante também designada por EDM ou Empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de € 63 306 033 e um total de capital próprio de € 54 309 150, incluindo um resultado líquido de € 554 699), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto ao referido no parágrafo 7 seguinte, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Reserva

7. O ativo intangível em curso engloba as intervenções incorridas com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Monte das Mesas e Escádía Grande), os quais visam a determinação da pré-viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os gastos com aqueles trabalhos de prospeção ascenderam a cerca de € 2 500 000 (2014: € 2 200 000), sendo que a sua recuperação depende da futura viabilidade e exploração das referidas áreas mineiras.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

10. No âmbito do referido no parágrafo anterior e no decurso de 2015 foram concluídos diversos projetos de recuperação ambiental cujos pedidos de pagamento/financiamento, no valor global de cerca de € 4 300 000, foram aprovados e contratualizados pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Valorização do Território (POVT). Nos termos dos referidos contratos de financiamento, *a participação financeira a conceder pelo Fundo de Coesão, aprovada em regime de "overbooking", só poderá ser atribuída caso se venha a verificar disponibilidade financeira no Eixo onde a operação foi aprovada.*

11. Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e custos incorridos com intervenções efetuadas até 2004, no montante de cerca de € 3 300 000. A anulação, ajustamento ou recuperação deste saldo depende de decisão do Concedente.



12. Com a liquidação da ex-ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA, a responsabilidade pelos passivos supervenientes daquela ex-participada transitou para a EDM. Esta responsabilidade cujos impactos futuros não são possíveis de prever e quantificar, nomeadamente em termos de reposição ambiental, tem vindo a ser parcialmente enquadrada no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas.

13. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas aos imóveis detidos pela EDM - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 400 000, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para aquela prestação de contas. Contudo, não podemos deixar de referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDM, proveniente de empresas mineiras entretanto encerradas, associadas à conjuntura e falta de liquidez do mercado imobiliário, podem afetar materialmente os suportes e previsões constantes das referidas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDM.

14. Por decisão do Conselho de Ministros o Contrato de Concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, que terminava em 2015, foi prorrogado por 7 anos.

BDO & Associados, Lda



Lisboa, 4 de março de 2016

PORTUGAL**Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O**DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS****Introdução**

1. Em cumprimento do preceituado no número 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, cumpre ao Órgão de Fiscalização da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. elaborar um relatório, baseado no relatório de boas práticas de governo societário adoptadas em 2015 pela Empresa, que aprecia o cumprimento das exigências previstas no Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do referido Decreto-Lei.

Responsabilidades

2. As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização.
3. A nossa responsabilidade consiste em analisar o relatório de gestão no que se refere ao governo da sociedade onde deve constar os regulamentos internos e externos, uma análise de sustentabilidade e uma avaliação do grau de cumprimento pelos gestores dos princípios de bom governo.

Parecer

4. Com base no trabalho efectuado somos de opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., pode considerar-se adequado tendo por base a forma como foram desenvolvidas as correspondentes acções durante o exercício de 2015, e expressamos uma opinião favorável sobre as estruturas e mecanismos de gestão em vigor na entidade.

Lisboa, 4 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO**PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**Joaquim Patrício da Silva**

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING